

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Mariana Marques Sebastiany

**CADÊ O GÊNERO? UM ESTUDO ACERCA DO ENSINO DE GÊNERO NOS
CURSOS DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DAS UNIVERSIDADES
PÚBLICAS FEDERAIS DA REGIÃO SUL**

Santa Maria, RS
2017

Mariana Marques Sebastiany

**CADÊ O GÊNERO? UM ESTUDO ACERCA DO ENSINO DE
GÊNERO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS DA REGIÃO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social,
do Departamento de Serviço Social,
Centro de Ciências Sociais e Humanas, da
Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM), como requisito parcial para
obtenção do grau de **Bacharel em
Serviço Social**.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca

Santa Maria, RS

2017

Mariana Marques Sebastiany

**CADÊ O GÊNERO? UM ESTUDO ACERCA DO ENSINO DE
GÊNERO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS DA REGIÃO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Serviço Social**.

Aprovado em 14 de dezembro de 2017:

Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca, Dra. (UFSM)
(Presidenta/Orientadora)

Cristina Kologeski Fraga, Dra. (UFSM)

Vanessa Bezerra de Souza, Dra. (UNIRIO)

Santa Maria, RS
2017

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às bruxas, às camponesas, às trabalhadoras urbanas, às lutadoras, às periféricas do mundo, às possuidoras do “segundo sexo”, às silenciadas, às banidas da história, às impossibilitadas do poder, às que são tratadas como mercadoria, às que têm seu trabalho super-explorado e invisibilizado pelo capital, às violentadas e mortas pelo patriarcado.

Dedico este trabalho às que são obrigadas a resistir cotidianamente e ainda ousam sonhar com outro mundo possível e necessário.

Dedico este trabalho às mulheres.

AGRADECIMENTOS

Há tantos agradecimentos a serem feitos. A quem os destino, não necessariamente convivi frente a frente. Acredito que o sentimento de gratidão que aqui me move é tão humano que não deveria elevar um ou outro nome de forma pessoalizada, mas trarei nomes, sempre que possível, no sentido destes representarem os demais, mas só porque compreendo a relação dialética e contraditória entre sujeito (a) e estrutura.

Para agradecer minha família, meu primeiro núcleo de socialização, que também é o que geralmente mais duramente mostra como é o mundo, cito minha mãe, Renata Pires Marques, e meu pai, Valentim Martins Sebastiany. Reconheço a importância dos aprendizados, da dedicação, das discussões. Entendo, hoje, as limitações de vocês, cada um a partir da sua inserção particular no mundo e os amo, também com minhas limitações humanas.

A todas as amigas e aos amigos com quem já compartilhei um pouco de vida.

Às companheiras e aos companheiros que se movimentam de forma contra-hegemônica, com as e os quais já dividi trincheiras de luta e muitos sonhos. Cada vez mais, tenho menos dúvidas: é socialismo ou barbárie!

Não há como não mencionar a universidade pública e todas as sujeitas e os sujeitos que a constroem cotidianamente, visando torná-la cada vez mais do povo, democrática, autônoma, estatal, servindo aos interesses da maioria da população. Nisso, meu muito obrigada às trabalhadoras e aos trabalhadores que, apesar de sustentarem também esta instituição com seu trabalho, ainda não conseguem acessá-la de forma significativa. Há de chegar o dia em que todas e todos vocês perderão a paciência!

Gratidão também às educadoras e aos educadores, não só dos bancos escolares, que construíram o conhecimento de forma horizontal e utilizaram a educação, sobretudo, como meio de emancipação humana. Em nome de todas e de todos, remeto-me à minha orientadora Laura Fonseca, a qual muito vem me ajudando a apreender as relações sociais de gênero.

Muito obrigada às lutadoras e aos lutadores deste mundo, por cumprirem a tarefa necessária de resistir frente ao sistema capitalista-patriarcal-racista, acumulando forças para sua superação – que não é possível que não esteja cada vez mais perto de ocorrer!

Em especial, às bravas mulheres que buscam avançar em direção à superação coletiva de tudo que nos oprime e explora. Em nome de todas elas, remeto-me a uma das mulheres mais valentes, corajosas e coerentes que já conheci: Cíntia Florence Nunes, amiga, companheira e, em breve, colega de profissão. A revolução será feminista ou não será!

Não te deixes destruir...
Ajuntando novas pedras
e construindo novos poemas.
Recria tua vida, sempre, sempre.
Remove pedras e planta roseiras e faz doces.
Recomeça.
Faz de tua vida mesquinha um poema.
E viverás no coração dos jovens
e na memória das gerações que hão de vir.
Esta fonte é para uso de todos os sedentos.
Toma a tua parte.
Vem a estas páginas
e não entres seu uso
aos que têm sede.

(Cora Coralina)

RESUMO

CADÊ O GÊNERO? UM ESTUDO ACERCA DO ENSINO DE GÊNERO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS DA REGIÃO SUL

AUTORA: Mariana Marques Sebastiany

ORIENTADORA: Laura Regina da Silva Câmara Mauricio da Fonseca

O presente trabalho visa discutir como os cursos de Serviço Social das universidades públicas federais da região sul vêm inserindo o estudo de gênero no que tange o ensino de graduação. Especificamente, propõe-se a investigação da relação entre a expansão dos cursos de Serviço Social em universidades públicas federais e o estudo das relações sociais de gênero no ensino de graduação, bem como formular sobre a apropriação da categoria pela profissão, dando ênfase para sua interlocução com o marxismo e o feminismo. Metodologicamente, constitui-se como pesquisa bibliográfica e documental. Para análise dos dados, são utilizadas as técnicas da análise de conteúdo. Com base no que foi levantado e em estudos anteriores similares, pode-se inferir que o ensino sobre as relações sociais de gênero nestes cursos, quando existe, ou se materializa como disciplina eletiva, ou diluído em outras temáticas. A relação disso com a recente expansão da formação em Serviço Social nas universidades públicas federais é que, mesmo que possuam currículos formulados recentemente, num período em que o debate de gênero vem se difundindo, esta categoria não está sendo incorporada na formação profissional como categoria histórica, política e analítica, fundante da totalidade social, perspectiva defendida aqui. Dessa forma, os resultados sugerem que sua centralidade ainda não é consenso no Serviço Social, bem como que sua abordagem se dá por diversas perspectivasteóricas.

Palavras-chave: Gênero. Serviço Social. Graduação em Serviço Social. Feminismo. Marxismo. Universidades públicas federais.

ABSTRACT

WHERE IS THE GENDER? A STUDY ABOUT GENDER EDUCATION OF THE GRADUATION COURSES IN SOCIAL WORK OF THE FEDERAL PUBLIC UNIVERSITIES OF THE SOUTH REGION OF BRAZIL

AUTHOR: Mariana Marques Sebastiany

ADVISOR: Dr^a.Laura Regina da Silva Câmara Mauricio da Fonseca

The present work aims to discuss how the Social Work courses of the federal public universities of the southern region of Brazil have been inserting the study of gender in what concerns undergraduate education. Specifically, we propose the investigation of the relationship between the expansion of Social Work courses in federal public universities and the study of social relations of gender in undergraduate education, as well as formulate on the appropriation of the category by the profession, emphasizing its interlocution with the Marxism and feminism. Methodologically, it constitutes a bibliographical and documentary research. For data analysis, it uses the techniques of content analysis. Based on the data collection and similar previous studies, it can be inferred that teaching about social relations of gender in these courses, when it exists, or materializes as an elective discipline, or diluted in other themes. The relationship of this with the recent expansion of Social Work training in federal public universities is that, even though they have recently formulated curricula, in a period when the gender debate is spreading, this category is not being incorporated into vocational training as a historical category, political and analytical, founder of the social totality, perspective defended here. Thus, the results suggest that its centrality is not yet a consensus in Social Work, as well as that its approach is based on several theoretical perspectives.

Keywords: Gender. Social Work. Social Work graduation. Feminism. Marxism. Federal public university.

RESÚMEN

¿DONDE ESTÁ EL GÉNERO? UN ESTUDIO ACERCA DE LA ENSEÑANZA DE GÉNERO EM LOS CURSOS DE GRADO EN TRABAJO SOCIAL DE LAS UNIVERSIDADES PUBLICAS FEDERALES DE LA REGION SUR DE BRASIL

AUTORA: Mariana Marques Sebastiany

ORIENTADORA: Laura Regina da Silva Câmara Mauricio da Fonseca

El presente trabajo pretende discutir cómo los cursos de Trabajo Social de las universidades públicas federales de la región sur de Brasil vienen insertando el estudio de género en lo que se refiere a la enseñanza de graduación. En concreto, proponemos la investigación de la relación entre la expansión de los cursos de Trabajo Social en las universidades públicas federales y el estudio de las relaciones sociales de género en la enseñanza de graduación, así como formular sobre la apropiación de la categoría por la profesión, con énfasis para su interlocución con el marxismo y el feminismo. Metodológicamente, se constituye como investigación bibliográfica y documental. Para el análisis de los datos, se utilizan las técnicas del análisis de contenido. Con base en lo que fue levantado y en estudios anteriores similares, se puede inferir que la enseñanza sobre las relaciones sociales de género en estos cursos, cuando existe, o se materializa como disciplina electiva, o diluido en otras temáticas. La relación de esto con la reciente expansión de la formación en Trabajo Social en las universidades públicas federales es que, aunque tengan currículos formulados recientemente, en un período en que el debate de género se está difundiendo, esta categoría no está siendo incorporada en la formación profesional como categoría histórica, política y analítica, fundante de la totalidad social, perspectiva defendida aquí. Por lo tanto, los resultados sugieren que su centralidad aún no es consenso en el Trabajo Social, así como que su enfoque ocurre por diversas perspectivas teóricas.

Palabras-clave: Género. Trabajo Social. Graduación en Trabajo Social. Feminismo. Marxismo. Universidades publicas federales.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Algumas informações sobre os cursos de Serviço Social da Região Sul	59
Quadro 2 – Ampliação de vagas discentes nos cursos de graduação em Serviço Social da Região Sul no período 2006-2010.....	60
Quadro 3 – Disciplinas específicas de gênero e suas ementas	61
Quadro 4 – Disciplinas que possuem relação com gênero.....	65
Quadro 5 – Caráter e quantidade de disciplinas que contenham a categoria gênero ou no seu enunciado ou na sua ementa e/ou nos objetivos em cada curso.....	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CCSH	Centro de Ciências Sociais e Humanas
EMESCAM	Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
ENPES	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
FIES	Financiamento Estudantil do Ensino Superior
FUFSE	Fundação Universidade Federal de Sergipe
IDHs	Índices de Desenvolvimento Humano
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
ILASESP	Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política
MEC	Ministério da Educação
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PUC	Pontifícia Universidade Católica
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das
Universidades Federais	
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNB	Universidade de Brasília
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O CAMINHO DA PESQUISA: AS OPÇÕES METODOLÓGICAS	15
3 DO MOVIMENTO FEMINISTA À TEORIA FEMINISTA: CONCEITUANDO A CATEGORIA GÊNERO	19
3.1 TÓPICOS SOBRE A HISTÓRIA DO FEMINISMO	20
3.2 O FEMINISMO NO CONTEXTO BRASILEIRO	26
3.3 O CONCEITO DE GÊNERO: O PROBLEMA EM DISPUTA.....	29
4 SERVIÇO SOCIAL E GÊNERO: BUSCANDO SUAS APROXIMAÇÕES A PARTIR DO MARXISMO E DO FEMINISMO.....	39
4.1 MARXISMO E FEMINISMO EM DIÁLOGO COM O GÊNERO.....	39
4.2 A CATEGORIA GÊNERO E O SERVIÇO SOCIAL	46
5 O ESTUDO DE GÊNERO NA GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS DA REGIÃO SUL BRASILEIRA: ELEMENTOS PARA UMA PROBLEMATIZAÇÃO	54
5.1 A EXPANSÃO DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS DA REGIÃO SUL	54
5.2 O ESTUDO DE GÊNERO NO ENSINO DA GRADUAÇÃO	61
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS.....	73
ANEXO A – SERVIÇO SOCIAL E GÊNERO	81
ANEXO B – GÊNERO, POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL	82
ANEXO C – ANTROPOLOGIA, GÊNERO E SEXUALIDADE	83
ANEXO D – ESTUDOS DE GÊNERO	84
ANEXO E – RELAÇÕES DE GÊNERO	85

1 INTRODUÇÃO

Tão esperado e ao mesmo tempo temido é o Trabalho de Conclusão de Curso, que representa o fechamento de um ciclo, do mesmo modo que anuncia a abertura de portas e janelas para outros tantos. Quando nasce da profunda relação com que lhe dá formas, adquire significado, sim, de aprendizado e descoberta. Neste caso, a temática não foi escolhida em vão: tem relação intrínseca com quem, por ora, se desafia a desbravá-la.

Há uma pesquisadora estudante-militante ou militante-estudante, que dedicou sua passagem pela graduação para a formação na área em que se propôs, bem como para qualificar essa formação por meio da atuação no movimento estudantil. Dessa forma, pôde pensar criticamente em seus limites e em suas possibilidades, pois acredita que ela tem o compromisso de dar o máximo de ferramentas para pensar e transformar a realidade. Nesse processo, notou lacunas, sendo uma delas não tratar com centralidade as relações sociais de gênero. Essa percepção também não teria se originado sem vivências elaboradas coletivamente no movimento feminista.

Há também uma mulher: ontem sujeitada, hoje se tornando e se reconhecendo, enfim, sujeita, lado a lado com outras mulheres que têm como horizonte que as faz caminhar a superação da sociedade capitalista patriarcal. Sujeita que não só vem tentando, dentro dos limites estruturais, protagonizar sua vida e suas escolhas, como também buscar e bater de frente com as origens da opressão, da exploração, da alienação, já que vem descobrindo que não são naturais. Há nascendo, sofridamente, uma consciência de classe e feminista, que diz que é na práxis que a vida se transforma.

Assim, este estudo, ao passo que, por se constituir acadêmico, não pode ocultar que possui motivações classistas feministas. Entretanto, justamente a autonomia acadêmica, que não é sinônimo de neutralidade acadêmica, desafia a uma abordagem coerente. A apresentação de onde parte no mundo a pesquisadora vai no sentido de apontarmos que existem limitações e possibilidades para a realização da pesquisa.

Há, sobretudo, o Serviço Social, uma profissão que se propõe a interagir na produção e na reprodução das relações sociais.¹ Daí a sua importância de, enquanto agente na trama das relações sociais, conseguir identificar a totalidade dos processos de produção e reprodução da

¹Sobre produção/reprodução da vida social, Iamamoto (1998) pontua que envolve a produção da vida material, que permite a homens e mulheres suprirem suas necessidades básicas e estabelecerem relações entre si, relações sociais, bem como afirma que ela abrange para além da dimensão econômica: abarca a reprodução das relações sociais de indivíduos, grupos e classes sociais e as formas através das quais se apreende a vida social, as formas de consciência.

vida, para evitar a fragmentação, a descontextualização e a culpabilização das sujeitas e dos sujeitos com as e os quais trabalha, bem como para combater uma ação puramente pragmática e/ou fatalista. Já que as relações sociais de gênero constituem importante elemento que conforma a vida social, o Serviço Social deve apreendê-las e desvendá-las de forma consistente, a fim de materializar coerentemente seu projeto profissional. Em vista disso é que importa o estudo de gênero durante a formação profissional, para potencializar as análises das relações sociais e a intervenção nelas. Porém a profissão vem conseguindo incorporar substancialmente essa demanda, em que pese as relações sociais de gênero serem consideradas conteúdos transversais à formação profissional? Eis a necessidade deste estudo.

Por conseguinte, delimitamos o tema: o ensino de gênero nos cursos de graduação em Serviço Social das universidades públicas federais da região sul brasileira. Possui, assim, o objetivo central de discutir a relação da categoria gênero com a profissão, nisso, a sua pertinência durante a formação profissional. Especificamente, propomos a investigação da relação entre a expansão dos cursos de Serviço Social em universidades públicas federais e o estudo das relações sociais de gênero no ensino de graduação, bem como formular sobre a apropriação da categoria pela profissão, dando ênfase para sua interlocução com o marxismo e o feminismo.

Dessa maneira, esta pesquisa visa responder o seguinte problema: como os cursos de Serviço Social das universidades públicas federais da região sul vêm inserindo o estudo de gênero no que tange o ensino de graduação?

Partindo da questão instigadora, utilizamos com prioridade os currículos desses cursos como material privilegiado para análise, além de fontes bibliográficas e outras fontes documentais. Para melhor apreensão da proposta, dividimos o trabalho em seis capítulos, incluindo essa introdução como o seu primeiro.

No segundo, apresentaremos a teoria e o método que nos guiam, que têm ancoragem nos pressupostos da obra de Karl Marx, assim como as técnicas de coleta e análise de dados, tendo como referência os procedimentos de análise de conteúdo em Laurence Bardin (2011).

No terceiro capítulo, pretendemos demonstrar algumas disputas em torno da categoria gênero. Para tanto, buscaremos as suas origens por meio de breve descrição histórica sobre o movimento feminista, da mesma forma que nos aproximaremos da perspectiva teórica que nos parece que mais têm influenciado os estudos de gênero, ao menos na realidade brasileira. Também definiremos a nossa concepção sobre a categoria.

Propomos no quarto capítulo a compreensão da relação entre Serviço Social e gênero, apresentando os principais fundamentos que conformam o Serviço Social, com foco

nas relações sociais de gênero. Por isso, ainda buscamos uma interlocução entre marxismo e feminismo com o gênero como ferramenta para nos auxiliar nos fins desta pesquisa.

O quinto capítulo, além de apresentar elementos sobre a expansão dos cursos de Serviço Social nas universidades públicas federais da região sul no período recente e traz os dados e a análise sobre o ensino de gênero nos cursos abordados.

Ademais, ressaltamos nas considerações finais que não pretendemos que os resultados dessa pesquisa sejam conclusivos. Esperamos, sim, apontar algumas perspectivas e, sobretudo, instigar novas e profundas perguntas e, conseqüentemente, outros estudos que aprofundem questões aqui elencadas.

2 O CAMINHO DA PESQUISA: AS OPÇÕES METODOLÓGICAS

Inicialmente, tomamos a compreensão de Minayo (2013, p.14) sobre metodologia de pesquisa:

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador.

Assim, sendo, partimos da explicitação da teoria a qual orientará a realização da pesquisa: baseada em Marx, que tem o método materialista, histórico e dialético. Alguns aspectos que o caracterizam dizem respeito à unidade indissociável entre teoria e prática, bem como a análise da estrutura das relações sociais, ultrapassando sua visão aparente com vistas a desocultar sua estrutura interna (PRATES, 2012).

Minayo expõe que esse método “[...] trabalha com a valorização das quantidades e da qualidade, com as contradições intrínsecas às ações e realizações humanas, e com o movimento perene entre parte e todo e interioridade e exterioridade dos fenômenos” (2013, p.24).

Ainda, conforme Prates (2016), estes são alguns dos elementos que esse método implica nos estudos: historicização de categorias e articulação a outras; consideração da totalidade como categoria fundamental; contribuição não só para análise da realidade, mas para a intervenção nela, porque suas categorias principais vêm da realidade - quais sejam totalidade, historicidade e contradição.

A totalidade permite compreender a realidade, tal qual aborda Marx (2007), como síntese de múltiplas determinações, a qual deve ser ponto de partida do método e não mera coisa estática que simplesmente servirá para que este seja aplicado. Daí que o conhecimento é considerado “[...] não como resultante de uma *elaboração* propriamente, e sim como ‘apreensão’ de algo exterior ao intelecto ou pensamento, e preexistente a ele e suas operações” (PRADO JR., 1979, p.43, grifo do autor). Assim, o conhecimento seria a reprodução do que já está presente na realidade objetiva.

Nisso, a categoria historicidade é indissociável porque a visão do conjunto proporcionada pela totalidade não é meramente o que se mostra em sua forma última aparente, mas esta é o resultado de processos que lhe antecedem e lhe transmitem características. O seguinte trecho marxiano trata bem disso:

A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida, mais diferenciada. As categorias que exprimem suas condições, a compreensão de sua própria organização a tornam apta para abarcar a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedades desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva arrastando, enquanto que tudo o que fora antes apenas indicado se desenvolveu, tomando toda sua significação. [...] A sociedade burguesa não é em si mais do que uma forma antagônica do desenvolvimento, certas relações pertencentes a formas anteriores nela só poderão ser novamente encontradas completamente esmaecidas, ou mesmo disfarçadas. (MARX, 2008, p.266)

Os movimentos e as características que permitem com que essa história tenha movimento são considerados pela categoria contradição, que capta como as determinações de um conjunto se negam, se superam e produzem uma nova coisa, isto é, uma síntese.

Sinteticamente, esses são alguns dos principais elementos da teoria e do método de abordagem escolhidos, os quais nortearam e perpassaram todo processo da pesquisa.

Já o caminho propriamente da pesquisa no que diz respeito à coleta e à análise de dados, deu-se por meio de percurso metodológico guiado por estudo exploratório. Conforme Gil (2002, p.41), “pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.” Assim, o caráter exploratório é justificado tendo em vista que não há material recente dos currículos sistematizado relacionados à temática e ao recorte de instituições propostos.

Realizamos o estudo entre agosto e novembro de 2017 e partimos das seguintes questões norteadoras:

- Qual é a relação entre a expansão dos cursos de Serviço Social das universidades públicas federais e o estudo das relações sociais de gênero no ensino de graduação?
- Por que é importante a profissão se apropriar da categoria gênero?
- Qual é a relação entre a interlocução da categoria gênero com o marxismo e o feminismo?

Buscamos dados de fontes primárias e secundárias. Enquanto primárias, privilegiamos os dados dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) da amostra definida. Como secundárias, buscamos fontes diversas, como periódicos científicos, livros, teses, dissertações.

A revisão bibliográfica foi desenvolvida partindo de categorias elencadas inicialmente e outras que foram surgindo no decorrer da pesquisa, demandando aprofundamento. Alicerçadas nisso, selecionamos as fontes, com prioridade para as atuais e/ou principais referências nas discussões que escolhemos, após, fichamos os conteúdos que avaliamos como

prioritários e selecionamos seus principais pontos, tendo em vista nosso planejamento de abordagem. Em seguida, buscamos pontos de encontro e divergência entre autores (as) e procuramos trazer para o quadro teórico o que mais nos pareceu pertinente.

O tratamento dos dados dos PCCs foi feito por meio dos procedimentos da análise de conteúdo com base em Bardin (2011). Para tanto, cumprimos três momentos sugeridos: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretação. Foi durante a pré-análise que organizamos os materiais, definimos objetivos e elaboramos indicadores para a interpretação final. A forma de coleta dos dados foi, preferencialmente, por meio de site institucional dos cursos. Quando não encontradas, ou encontradas parcialmente, as informações foram solicitadas via e-mail.

Quando da exploração do material, analisamos os PPCs propriamente e realizamos a categorização². Optamos por dividir em dois grupos distintos as disciplinas que contivessem a categoria gênero: 1) quando a categoria se encontrava no *enunciado* e 2) quando a categoria estava ou na *ementa e/ou em seus objetivos*.

A partir disso, passamos para a última fase da técnica de análise de conteúdo. Sistematizamos todas as disciplinas do primeiro grupo em um quadro de forma que contivesse nome da disciplina, universidade e departamento a qual pertence, ementa e/ou objetivos e denominamos esse reagrupamento como “disciplinas específicas de gênero”. Da mesma forma, sistematizamos em um quadro as do segundo grupo de modo que informasse o nome da disciplina, universidade a que pertencem e ementa e/ou objetivos, nomeando como “disciplinas que possuem relação com gênero”. As interpretações que desenvolvemos dos resultados obtidos foram referenciadas no arcabouço teórico inicial.

Ademais, a delimitação nas universidades públicas federais da região sul brasileira considera três aspectos principais, a saber: 1) o curto espaço temporal para a realização do estudo; 2) a semelhança desses cursos no que diz respeito aos seus períodos de criação, os quais são bem recentes e próximos, possuindo profunda relação com a expansão do ensino superior como políticas do Governo Lula, com exceção do curso da UFSC³; 3) a região sul ter sido a que mais expandiu suas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no período de 2002 a 2014 (LIMA, 2013).

²“A *categorização* é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos” (BARDIN, 2011, p.147, grifo da autora).

³ Dos cursos que possuem vinculação com a expansão, o mais novo é o da UNILA, criado em 2015, e os mais antigos são da UFPR e da UNIPAMPA, ambos de 2006.

As universidades são as seguintes: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Ademais, reconhecemos a limitação de elementos que a pesquisa tem para responder seu problema, haja vista que está restrita especialmente aos PPCs de somente seis universidades federais, o que não perfaz a maior parte da realidade da oferta de vagas na formação profissional em Serviço Social, que se concentra nas instituições privadas, principalmente as de ensino à distância. Porém essas são as condições possíveis, sobretudo temporais, para a realização do estudo.

Por último, gostaríamos de explicar outra escolha metodológica, que talvez passe despercebido em relação às demais, porém consideramos importante explicitar: a concordância verbal na primeira pessoa do plural na forma escrita do trabalho. Não foi simples desenvolvê-la, já que a educação hegemônica demanda a impessoalidade na escrita, numa tentativa de nos afastarmos ao máximo do que é pesquisado para, quem sabe, dar um ar de “neutralidade” - o que sabemos que não existe. Sendo assim, utilizamos a terceira pessoa do plural objetivando envolver mais quem lê e demarcar que quem pesquisa sobre este tema reflete e produz a partir do legado da luta política e teórica (porque a produção do conhecimento também é campo de disputa social) de muitas pessoas, fundamentalmente mulheres. Logo, falamos partindo de muitas (os), em que pese o esforço intelectual de síntese e formulação serem nossos.

3 DO MOVIMENTO FEMINISTA À TEORIA FEMINISTA: CONCEITUANDO A CATEGORIA GÊNERO

Da perspectiva crítica a qual partimos e nos filiamos, não é possível abordar a categoria gênero descontextualizada do tempo histórico totalizante ou então enquanto possuidora de um único significado, nem muito menos construída e utilizada de forma “neutra”. Como qualquer compreensão de mundo, terá distintos pontos de partida e caminhos de chegada, porque os (as) sujeitos (as) que a fazem também partem e chegam de lugares diversos, visto que possuem condições diferenciadas para tal. Marx, tecendo a crítica à filosofia alemã representada por Feuerbach, atenta que a

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanção direta de seu comportamento material. [...] Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. (MARX, 2007, p. 93-94)

Por isso é que entendemos como necessário, primeiramente, apontar o que de concreto constitui o gênero, isto é, compreender os determinantes sócio-históricos e as intencionalidades implicadas em sua abordagem, que, totalmente calcados na produção e reprodução da vida, conferem-lhe definições e atribuições diferenciadas.

Desse modo, neste capítulo, faremos uma breve descrição histórica do feminismo⁴, visando fornecer subsídio para a compreensão das origens da categoria gênero e nos aproximaremos da perspectiva teórica que nos parece que mais têm influenciado os estudos de gênero, ao menos na realidade brasileira. Também definiremos a nossa concepção sobre a categoria.

Apesar dos conteúdos dialogarem e terem total correlação, preferimos dividi-los em três subitens apenas para fins didáticos, visando sua melhor apreensão.

⁴A opção pela abordagem do feminismo é uma escolha metodológica e, fundamentalmente, política. Mesmo que gênero não seja sinônimo de mulheres, foi, principalmente, a luta das feministas que trouxe visibilidade e possibilitou preocupações e contornos teóricos a essa discussão. Além do mais, apesar da invisibilização intencional, é preciso lembrar que as mulheres têm e fazem história. Logo, é nosso dever contá-la. Essas são preocupações que nos parecem que merecem destaque, pois não são óbvias à primeira vista.

3.1 TÓPICOS SOBRE A HISTÓRIA DO FEMINISMO

A história da conceituação da categoria gênero implica, necessariamente, a história do feminismo, portanto, não podemos falar do primeiro sem, antes, contextualizar o segundo, já que este, em suas expressões política e teórica, dará formas ao gênero e o conceituará.

Com os paradigmas histórico-críticos e culturais, propostos pelo feminismo, somos convidados a adotar uma “perspectiva de gênero” em nossas mediações teóricas, partindo de uma concepção crítica da “visão androcêntrica” da humanidade, que acabou por excluir metade do gênero humano dos espaços socioeconômicos e políticos (LISBOA, 2010, p.70).

Antes de seguirmos, precisamos diferenciar movimentos feministas de movimento de mulheres. Enquanto o primeiro abarca diversas formas de movimentos de mulheres (liberal, radical, marxista, lésbicas, negras, etc.) e exige necessariamente direitos específicos para estas, o segundo diz respeito a mobilizações de mulheres com um único objetivo (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009), como os clubes de mães – os quais, inclusive, podem passar longe do feminismo. No entanto, não quer dizer que este não possa englobar ou até mesmo se fundir àquele.

De pronto, partimos do reconhecimento de que existem diferentes feminismos no decorrer dos tempos, pois compreendem diversas perspectivas. Conforme Perrot (2017), sendo plural e variado, em sentido bem amplo, o feminismo diz respeito àquelas e àqueles que se pronunciam e lutam pela igualdade dos sexos, agindo por alianças muito distintas (com o liberalismo, o socialismo, o protestantismo, o catolicismo, etc.) e possuindo geralmente ligação com a modernidade e a democracia.

O feminismo como movimento coletivo de luta de mulheres só se manifesta como tal na segunda metade do século XX. Essas lutas partem do reconhecimento das mulheres como específica e sistematicamente oprimidas, na certeza de que as relações entre homens e mulheres não estão inscritas na natureza, e que existe a possibilidade política de sua transformação. A reivindicação de direitos nasce do descompasso entre a afirmação dos princípios universais de igualdade e as realidades de divisão desigual dos poderes entre homens e mulheres. Nesse sentido, a reivindicação política do feminismo só pode emergir em relação a uma conceituação de direitos humanos universais. (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p.144)

Tomando como base Biroli e Miguel (2014), consideramos que o feminismo não se debruça sobre uma questão “localizada”, pois pauta relações que atravessam a sociedade, cujos sentidos e efeitos não estão estritos às mulheres. Ainda segundo esses autores,

dependendo de sua vertente, a luta feminista amplia sua abrangência para a transformação das estruturas econômicas, visando sociedades mais justas, sem perder de vista as especificidades de gênero. A propósito, compreendemos que o feminismo deva ter esse caráter.

Na virada do século XVIII para o século XIX, o feminismo surge no Ocidente como um movimento político e intelectual, tendo como eixos principais a educação das mulheres, o direito ao voto e a igualdade no casamento (particularmente, o direito das mulheres casadas disporem de suas propriedades) (MIGUEL; 2014c), sendo essa conhecida como primeira onda feminista. Ainda que impulsionado por uma concepção liberal e possuindo um forte viés classista, o feminismo sufragista emerge questionando os ideais revolucionários da Revolução Francesa, sobretudo a grande contradição entre os princípios universais propagados pelas revoluções e a realidade desigual de homens e mulheres, para os quais estes mesmos princípios não tinham igual validade e aplicabilidade. Teve como um de seus expoentes Mary Wollstonecraft, comumente considerada a fundadora do feminismo e também referência do “feminismo liberal”, especialmente em relação à sua obra “Uma reivindicação dos direitos da mulher”, de 1792.

O grande esforço da primeira onda do feminismo foi o de questionar, refletir, procurando desconstruir inúmeras formas de instituições e relações patriarcais no seio das quais se mantinham e se reproduziam estratégias de dominação masculina; isso se dando na arena da luta pelo sufrágio universal. Ou seja, tratou-se de uma batalha pela afirmação da condição fundamental e democrática da igualdade política entre os sexos (articulada evidentemente à dimensão universal) (MATOS, 2008, p.338).

Esse movimento, de fato, limitou-se a reivindicar uma série de reformas jurídicas baseada na concepção liberal, crendo que bastava a igualdade de direitos jurídicos para resolver a discriminação vivenciada pelas mulheres (DIAS, 2014). Contudo, como lembra Scott (2002, p.48):

O feminismo não é produto benigno das operações benignas e progressistas do individualismo liberal, mas um sintoma de suas contradições. Reformas, como a do direito ao voto para as mulheres, podem ter transferido para outros domínios as contradições. Estas, porém não desapareceram, e é por isso que o feminismo ainda existe.

O feminismo tem sido, historicamente, um exemplo de complexidade, porque é complexa a sua práxis crítica. Esta, na verdade, faz com que a história do feminismo se torne até mesmo parte integrante do próprio projeto que elabora, isto é, a história do feminismo é, em si, uma história feminista (BIROLI, MIGUEL, 2014, p.33).

Nessa perspectiva, Miguel (2014) comenta que, no mundo ocidental, essa plataforma feminista foi efetivada ao longo do século XX⁵, obrigando, gradualmente, o feminismo a focar em mecanismos menos evidentes de reprodução da subordinação das mulheres, como a sexualidade e as formas de subalternização da mulher presentes em outros âmbitos sociais, tal qual a família. Também lembra que a radicalidade do feminismo socialista surgido no século XIX deixou-o à margem do sufrágismo, mesmo que tenha trazido muitas contribuições como ter vinculado classe e gênero e relacionado a organização da esfera doméstica com o restante da sociedade.

Já nos anos de 1930 e 1940 houve um refluxo na organização das mulheres como reflexo de acontecimentos das décadas anteriores. Dentre estes, destacamos: desmobilização do movimento sufragista após a conquista de resultados imediatos (direito ao voto essencialmente); repressão de toda e qualquer contestação social em países em que ocorreram a ascensão do nazi-fascismo; eclosão e preparação para a Segunda Guerra Mundial, que permitiu maior afirmação de igualdade entre homens e mulheres pela valorização da participação feminina no mercado de trabalho, visto que necessitava de liberação da força de trabalho masculina para as frentes de batalha (DIAS, 2014).

Durante os anos 1960 e 1970, o feminismo ressurgiu com força, primeiro nos Estados Unidos para depois se expandir pelo Ocidente, dando origem à sua segunda onda. Conforme Dias (2014), o contexto que o permeia é de fortalecimento da atribuição do doméstico às mulheres pós Segunda Guerra e de lançamento da pílula anticoncepcional. Fougeurollas-Schwebel (2009) explica que esse feminismo se caracteriza pelo engajamento político e por grupos não mistos, os quais negavam aos homens o direito de falar pelas mulheres. Também considera que, ao ampliarem as reivindicações dos movimentos negros norte-americanos (Black Power e Black Panthers), pela denúncia dos valores universalistas, as feministas acabaram abrindo caminho para os movimentos multiculturalistas das décadas de 1980 e 1990.

Reconhecido como “neofeminismo”, traz o reconhecimento da impossibilidade social de haver igualdade em meio a um sistema patriarcal e a interrogação sobre os domínios do político, alertando que o “privado é político” (Ibid.) ou o “pessoal é político”, marca do movimento desse período. Varikas faz importante contextualização:

⁵ “Entre as décadas de 1920 e 1930, as mulheres conseguiram, em vários países, romper com algumas das expressões mais agudas de sua desigualdade em termos formais ou legais” (PISCITELLI, 2009, p. 126). No Brasil, as mulheres só conquistaram o direito de votarem e serem votadas em 1932.

Oriundo mais frequentemente da esquerda extra-parlamentar, com a qual mantinha laços estreitos, ainda que problemáticos e conflituosos, o movimento feminista, na maioria dos países da Europa Ocidental, partilhava amplamente da desconfiança da política eleitoralista, visando mais uma transformação das estruturas sociais do que visão desta esquerda. Ela se estendia à própria política da esquerda, às suas práticas de poder, às suas estruturas hierárquicas e, conseqüentemente, à validade de seu projeto político. Afirmando que *o pessoal é político*, não subestimava as estruturas em proveito de uma transformação da vida cotidiana, assim como não se mantinha fora do político, em um “alhures” inocente, fantasmado. Esta afirmação insistia, ao contrário, sobre o caráter estrutural da dominação, expresso nas relações da vida cotidiana, dominação cujo caráter sistemático tinha precisamente obscurecido, como se fosse produto de situações pessoais. Não se tratava de escolher entre mudar as “mentalidades” e mudar as “instituições”, pois esta “escolha” implica numa concepção do privado e do público que as feministas denunciavam precisamente como uma mistificação. Tratava-se sobretudo de mostrar que a dominação era ao mesmo tempo oculta e assegurada através de poderosas instituições como a família, a heterossexualidade institucionalizada, a divisão e a estrutura sexuada do trabalho e do emprego (VARIKAS, 2013, p.179, grifo da autora).

Como percebemos, o movimento feminista, neste momento, deu ênfase para a crítica às estruturas sociais, afirmando o caráter estrutural da dominação, já que é mascarada e perpetuada por instituições como a família. Com isso, alia o público e o privado.

O feminismo mostra, assim, que é impossível descolar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática. Faz sentido, assim, abandonar a visão de que esfera privada e esfera pública correspondem a “lugares” e “tempos” distintos da vida dos indivíduos, passando a discuti-las como um diferenciado complexo de relações, de práticas e de direitos - incluídos os direitos à publicidade e à privacidade - permanentemente imbricados, uma vez que os efeitos dos arranjos, das relações de poder e dos direitos garantidos em uma das esferas serão sentidos na outra.

A segunda onda, de acordo com Piscitelli (2009), ao sustentar muito fortemente que a subordinação da mulher é construída socialmente, fornece possibilidades para sua modificação, voltando-se para a reivindicação da igualdade no exercício dos direitos como condição para tal. A autora ainda afirma que as feministas criaram um sujeito coletivo, as mulheres, ao mesmo tempo em que buscaram ferramentas teóricas para explicar as origens da subordinação das mulheres, utilizando categorias e conceitos como mulher, opressão e patriarcado.

A obra “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir, lançada em 1949, colabora para a redefinição das fronteiras da política e permanece ainda hoje como ponto de partida incontornável do feminismo contemporâneo (MIGUEL, 2014c). A difundida frase de Beauvoir (2009) “não se nasce mulher, torna-se mulher” é símbolo da sua contribuição para a desnaturalização da suposta “condição natural” do “ser”mulher.

A terceira onda do feminismo surge nos anos 1980 influenciada pelo pensamento pós-estruturalista, tendo como principais nomes Michel Foucault e Jacques Derrida, quando as feministas francesas passam a enfatizar a questão da diferença, da subjetividade e da singularidade (DIAS, 2014). Narvaz e Koller (2006 apud DIAS, 2014) comentam que essa onda, tendo grande influência sobre os estudos de gênero, consolida-se a partir da década de 1990, passando a questionar com profundidade a temática da igualdade e da diferença e procurando apontar as falhas nas discussões das feministas da segunda onda, possibilitando até revisão de algumas categorias de análise.

Miguel (2014b) expõe que a igualdade que vinha sendo reivindicada pelo movimento feminista é situada como uma inserção numa universalidade já dominada com as características do “masculino”. Por isso, há a recusa desse universalismo por essas correntes importantes do feminismo e a defesa de uma “política da diferença”, tendo como fundamento a crítica ao liberalismo, principal defensor dessa ideia, conforme vemos na referência:

A universalidade é colocada em xeque, sobretudo como base para a definição dos direitos dos indivíduos. As visões que se consolidam a partir da posição parcial das mulheres tornam patente o fato de que as posições hegemônicas são também perspectivas e posicionadas, mas foram, a partir da experiência masculina (e não de qualquer homem, mas dos homens brancos e proprietários), amplamente traduzidas como “humanas” e “cidadãs”. Aparecem, assim, desprovidas de marcas de gênero, de classe, de pertencimento num sentido mais amplo. (BIROLI; MIGUEL, 2014,p.14)

Portanto, “[...] esse discurso, que apela a valores universais e à humanidade comum de todas as pessoas, serve, com frequência, para neutralizar a compreensão do impacto que as desigualdades concretas têm sobre a possibilidade de agência autônoma dos diferentes indivíduos” (MIGUEL, 2014b, p.64).

Ademais, é necessário que abordemos o movimento das mulheres socialistas no início do século passado como referência feminista, apesar destas não terem se identificado como feministas em seu tempo, assim como não lhes atribuírem atualmente a mesma visibilidade que têm as feministas liberais, mesmo que os frutos de suas lutas sejam marcos concretos exemplares no que diz respeito aos direitos e à vida das mulheres.⁶

Álvarez González (2010) contextualiza que durante o final do século XIX e início do século XX, com as intensas lutas de classes e com a organização do movimento socialista em muitos países, as militantes socialistas se organizaram em um forte movimento que visava

⁶ Tomamos como alguns exemplos a conquista, durante os primeiros anos da Revolução Russa, da igualdade jurídica entre homens e mulheres, a legalização do aborto e a construção de creches, restaurantes comunitários e lavanderias públicas como forma de liberar as mulheres do trabalho doméstico não pago e responsabilizar a sociedade, por meio do Estado, por essas tarefas.

combinar a luta pela libertação das mulheres com a luta pela transformação global da sociedade.

Ao comentar sobre o movimento das mulheres trabalhadoras na Rússia, Kolontai (2017b) elucida que teve seu início paralelamente ao despertar da consciência de classe proletária russa, “[...] com suas primeiras tentativas de alcançar condições de existência mais toleráveis, menos humilhantes e deploráveis, por meio do ataque coletivo, das paralisações e greves” (KOLONTAI, 2017b, p.191).

Nas palavras de Álvarez González (2010), o feminismo burguês e o movimento de mulheres socialistas convergiam na reivindicação do sufrágio feminino, mas divergiam em seu trato e compreensão. Explica que para as primeiras esse direito era inalienável do indivíduo e por meio do qual seria possível suscitar igualdade jurídica com os homens dentro do capitalismo. Por sua vez, as socialistas não viam no voto uma meta final, porque sua conquista não eliminaria a opressão das mulheres. Viam nele, portanto, um mecanismo que permitiria maior participação na vida política, o que facilitaria o trabalho para suprimir a sociedade de classes (ÁLVAREZ GONZÁLEZ, 2010).

Por sua vez, Andrade (2011, p.11) elucida que

[...] as feministas revolucionárias, munidas do arcabouço teórico marxista, puderam diferenciar-se dos demais grupos feministas de vertente liberal que propunham reformas moderadas visando em geral atender aos anseios das mulheres oriundas das classes privilegiadas por acesso à escolaridade e maior independência econômica. A recusa a um recorte de gênero que obscurecesse as contradições entre as mulheres de diferentes classes sociais e a vociferação de sua solidariedade com a luta de seus companheiros de classe elevou o movimento feminista revolucionário a um papel de vanguarda dentro das organizações socialistas, ao contribuir para o aprofundamento teórico, reflexão crítica e radicalização dos partidos políticos social-democratas (ANDRADE, 2011, p.11)

Aqui, observamos que a negação do feminismo, tal qual era difundido pelas feministas revolucionárias ocorreu não porque os ideais que lhe impulsionavam a ação não permitiam, mas porque a conformação do feminismo liberal não contemplava suas necessidades mais urgentes enquanto mulheres naquela conjuntura em que se encontravam, explicitando o caráter classista do movimento.

É possível compreendermos a recusa das mulheres socialistas ao se identificarem “apenas” como trabalhadoras e não como feministas na primeira parte do século XX a partir das palavras de Kolontai (2017a), a qual contrapõe a concepção da “questão feminina” para as feministas como algo que diz respeito a “direito e justiça”, enquanto que para as proletárias era “questão de um pedaço de pão”. Igualmente, afirma que o amadurecimento das

reivindicações das mulheres acontece quando elas foram lançadas ao mercado de trabalho por necessidade do capital, reforçando, com isso, a importância do caráter de classe que deve conter a luta das mulheres, o que não se via por parte das feministas liberais. Além do mais, lembramos que “[...] enquanto o feminismo liberal não tinha uma visão anticapitalista, o feminismo socialista afirmava a importância da dupla dimensão: classe e gênero (MORAES, 2003, p.96).

Ressaltamos, assim, que a historicidade do movimento feminista, com os períodos aqui destacados, não se sucede como uma consecução de acontecimentos lineares que se deu igualmente em toda parte, bem como não foram estanques nos momentos desencadeados. Convivemos ainda com todos eles coexistindo de certa forma, seja na ação política ou no meio acadêmico, sendo necessário assumir alguma ou outra característica a depender do contexto em que é demandado.

Também, comemoramos o acúmulo político, as conquistas e a importância da luta feminista, mas lamentamos que ainda exista e persista a dominação-exploração das mulheres.

3.2 O FEMINISMO NO CONTEXTO BRASILEIRO

Ainda que não possamos desvincular a história do feminismo no Brasil com a história geral do feminismo, temos que considerar as especificidades locais. Diante disso, não é nossa pretensão aprofundá-las, se não trazer alguns pontos sucintos que nos parecem interessantes. Conforme Cisne (2014), a trajetória histórica do feminismo e dos movimentos de mulheres no país se confundiram de forma expressiva, podendo afirmar que, de modo geral, ambos construíram a história das mulheres. Encontravam-se na medida em que convergiam em suas pautas, mesmo com algumas distorções das bandeiras feministas por parte de determinados movimentos de mulheres (CISNE, 2014).

Por possuir muitas manifestações, destacaremos, basicamente, de acordo com Pinto (2003), suas principais tendências, situando-as em dois momentos: o primeiro, do final do século XIX até as três primeiras décadas do século XX e o segundo, do feminismo pós-1968.

O primeiro teve como pano de fundo o movimento sufragista, pautando fundamentalmente os direitos políticos das mulheres (PINTO, 2003, p.14), com destaque para

a liderança de Bertha Lutz⁷. Outra importante influência do período é Nísia Floresta, quem traduziu relevantes obras feministas e escreveu outras.⁸

Cisne (2014) elucida que essa tendência foi constituída por mulheres cultas e das elites brasileiras, as quais, em grande número, estudaram no exterior e foram influenciadas pelo movimento sufragista, em ascensão nos países centrais, bem como não confrontava o patriarcado e o capitalismo como sistemas de exploração e opressão das mulheres. Por isso é que Pinto (2003) define-o como um “feminismo bem-comportado”, haja vista que, por vezes, obtinha respaldo e legitimidade por parte de alguns homens da elite, porque não os enfrentava. Obviamente, foi ao encontro do feminismo da chamada primeira onda.

Costa (2005) lembra que a luta sufragista se amplia em muitos países latino-americanos a partir dos anos 1920, tendo caráter muito similar ao que ocorreu no Brasil, inclusive, em alguns, o direito ao voto foi conquistado em períodos próximos.

A partir da conquista do direito de voto, o movimento feminista entra em um processo de desarticulação na grande maioria dos países latino-americanos, acompanhando a tendência ocorrida nos Estados Unidos e Europa (JAQUETTE, 1994). Isso não significou que as mulheres estiveram excluídas dos movimentos políticos mais amplos. Em toda América Latina, as mulheres se organizaram em clubes de mães, associações de combate ao aumento do custo de vida, nas associações de bairros, nas lutas por demandas sociais (escolas, hospitais, saneamento básico, creches, transporte etc), direito à terra e à segurança. No Brasil, as organizações femininas, sob a orientação do Partido Comunista Brasileiro, como a União Feminina criada para atender a política de "frente popular" estabelecida pela Terceira Internacional em 1935, e o Comitê de Mulheres pela Anistia em 1945, tiveram amplo poder de articulação e mobilização feminina (COSTA PINHEIRO, 1981). (COSTA, 2005, p.03)

Nesse período, também há o chamado “feminismo difuso”. Como uma face menos comportada do feminismo brasileiro do início do século XX, foi constituído por mulheres cultas que reivindicavam, além dos direitos políticos, o direito à educação, assim como questionavam a dominação masculina, tocando em temas controversos para o período, tais como sexualidade e divórcio (PINTO, 2003).

Ainda, ganha expressividade uma terceira vertente: na compreensão de Pinto (2003), era o menos comportado dos feminismos, manifestado no movimento anarquista e no Partido Comunista, os quais articularam suas teses. Destacamos, segundo Costa (2005), a criação do

⁷ Bertha é conhecida por estar à frente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, criada em 1922, instrumento principal pela condução da luta sufragista no país, que promulga o voto feminino em 1932, por meio de decreto, incorporando-o, após, à Constituição de 1934.

⁸ Em 1832, Nísia publica a tradução de “Uma reivindicação pelos direitos da mulher”, de Mary Wollstonecraft, depois escreve dois livros: Opúsculo humanitário (1835) e Conselhos a minha filha (1842).

Partido Republicano Feminista no Brasil pela baiana Leolinda Dalto e a Associação Feminista, com caráter anarquista, que muito influenciou nas greves operárias de 1918 em São Paulo. Nesse período, existiam organizações feministas, socialistas, anarquistas e liberais em vários países da América Latina, em cuja maioria os processos de organização das mulheres ocorreram simultaneamente ao processo de organização das classes populares, com intensa influência dos pensamentos socialistas e anarquistas (COSTA, 2005).

Tanto no anarquismo, quanto, mais tarde, no comunismo, a mulher era incorporada como “companheira revolucionária”. Por outro lado, tais perspectivas tinham “muita dificuldade de aceitar a questão da dominação da mulher como um problema diferente da dominação de classe”. Contudo, “foi nesses espaços revolucionários, não feministas em princípio, que se encontravam, nas primeiras décadas do século XX, as manifestações mais radicalmente feministas, no sentido de uma clara identificação da condição de explorada da mulher como decorrente das relações de gênero (Pinto, 2003, p.34). Assim, diferente das sufragistas, as anarquistas e as comunistas não se restringiam a luta pelos direitos políticos e percebiam a questão da mulher como um “aspecto organizador de um dos elementos estruturantes das desigualdades presentes nas relações de trabalho. (CISNE, 2014, p.134)

Cisne (2014) continua narrando a história do feminismo no contexto brasileiro. Assinala que o golpe de 1937 mina o processo de organização feminista. Em finais dos anos 1940 e início de 1950, outras formas de organização de mulheres de diferentes classes (mas com destaque nos bairros pobres) emergem, com foco para sua inserção nos movimentos contra a carestia e a criação de clubes de mães, estes que contavam com apoio e promoção da Igreja Católica. Pontua que, ainda que não configurassem como diretamente feministas em sua formação e objetivos, podem também ser considerados como tal, já que, ao proporcionarem organização de mulheres para reivindicação de mudanças, acabam por auxiliar em sua atuação no espaço público.

Após, em 1960 até 1970, muitas feministas, especialmente do campo de esquerda, lutaram contra a ditadura civil-militar⁹, entretanto, é preciso lembrar que, assim como os demais movimentos sociais, os movimentos de mulheres também foram duramente atacados.

Em linhas gerais, poderíamos caracterizar o movimento feminista brasileiro dos anos 1970 como fazendo parte de um amplo e heterogêneo movimento que articulava as lutas contra as formas de opressão das mulheres na sociedade com as lutas pela redemocratização. Nos movimentos se diluíam os discursos estratégicos, o Estado era o inimigo comum (LOBO, 1987).

[...] A questão da autonomia foi um eixo conflitante e definidor do feminismo nos anos 1970. Uma autonomia em termos organizativos e ideológicos perante aos partidos políticos e outras organizações. [...] A defesa da autonomia como um

⁹Como apresenta Daniel Aarão Reis Filho (2014), o conceito de “ditadura civil-militar” é utilizado por diversos historiadores para ressaltar a participação da sociedade civil no golpe e na sustentação do regime militar.

princípio organizativo do feminismo não implicava uma prática defensiva ou isolacionista que impedisse a articulação com outros movimentos sociais que compartilhassem identidades, apenas a definição de um espaço autônomo para articulação, troca, reflexão, definição de estratégias. (COSTA, 2005, p.5-6)

Desenvolvendo-se no mesmo período histórico da segunda onda feminista e sofrendo influências desta, os movimentos feministas brasileiros também reconheceram a impossibilidade da igualdade em um sistema patriarcal.

Por outro lado, “os movimentos de mulheres burguesas e de classe média, organizados por setores conservadores, tiveram papel importante no apoio aos golpes militares nesse período e aos regimes militares instalados” (COSTA, 2005, p.4).

A década de 1980 é marcada por um feminismo mais institucionalizado e acadêmico (CISNE, 2014). O primeiro, calcado na influência da redemocratização brasileira, expressa-se pelos Conselhos de Direitos da Mulher e Delegacias da Mulher, bem como pela incorporação das demandas das mulheres nos programas partidários, sem falar nas candidaturas femininas no período. Assim como em outros momentos, a atuação do feminismo em nível institucional, na relação com o Estado não foi algo fácil no interior do movimento, sendo que muitas mulheres compreendiam que seria uma brecha para a busca de autonomia (COSTA, 2005). Por vezes, percebemos que ocorreu o contrário, tendo em vista que muitas pautas e militantes foram cooptadas pela institucionalidade. Enfim, limites e possibilidades estavam colocados.

Cisne (2014) atenta que foi nos anos 1990 que a institucionalização do feminismo atingiu seu ápice com a chamada “*onguização*”, em que “[...] as Organizações não Governamentais (ONGs) se difundiram nacionalmente e o feminismo profissionalizado passa a se consolidar em detrimento do feminismo como movimento social” (CISNE, 2014, p.141). Observa, ainda, a relação das transformações sociais, tendo como pano de fundo o projeto neoliberal, com o feminismo, resultando em rebatimentos teóricos, com a ascensão da perspectiva pós-moderna e os “estudos de gênero”.

3.3 O CONCEITO DE GÊNERO: O PROBLEMA EM DISPUTA

O conceito de gênero é utilizado por diversas perspectivas teóricas, sendo as principais o pós-modernismo, o marxismo, a psicanálise e o pós-estruturalismo (FERREIRA, 2002 apud CISNE, 2015b). Portanto, de antemão, já afirmamos que, porque o gênero é uma categoria polissêmica, é preciso definir de que gênero se fala, por isso, neste item, focaremos na discussão sobre seu histórico e na sua compreensão a partir de sua perspectiva hegemônica de

abordagem: o pós-modernismo. Por entendermos que a melhor forma de abordá-lo é por meio da perspectiva da tradição marxista, inclusive no Serviço Social, é que optamos por tratar essa relação especificamente no capítulo seguinte, o qual trará mais elementos sobre o conceito de gênero.

Inicialmente, necessitamos ter em mente que o conceito de gênero foi desenvolvido e reformulado em diversos momentos característicos da história das teorias sociais sobre a “diferença sexual”, sendo inovador em muitos aspectos (PISCITELLI, 2009).

O conceito foi adotado, primeiramente, como sinônimo de mulher pelas feministas das áreas sociais e humanas. Nesse sentido, Matos (2008) explica que, especialmente entre os anos 1930 e 1970, surgiram muitos grupos de feministas no meio acadêmico que problematizaram a produção do conhecimento, questionando os vieses androcêntricos de vários campos disciplinares, gerando os estudos feministas, ou estudos de gênero ou ainda de mulheres (como eram mais conhecidos) nas áreas já citadas.

Esses estudos, ao tentarem compreender e denunciar a situação das mulheres nos muitos âmbitos da vida, foram os meios encontrados para institucionalizar a reflexão impulsionada pelo feminismo na academia brasileira (DIAS, 2014).

Durante os anos 1970, houve uma mudança de enfoque, passando de mulher para mulheres, ou de indivíduo para sujeito coletivo. Conceição (2009) destaca desse contexto o trabalho desenvolvido pela antropóloga estadunidense Gayle Rubin “O tráfico de mulheres: Notas sobre a economia política do sexo”, publicado em 1975, em que desenvolve o sistema sexo/gênero¹⁰. Contudo, “[...] o feminismo tinha ainda neste período um problema teórico-metodológico, não tinha um objeto formal que desse conta dos fenômenos observados” (CONCEIÇÃO, 2009, p.740).

Dessa forma, o que afirmamos anteriormente sobre a relação entre feminismo e o conceito de gênero agora se confirma:

[...] As formulações de gênero que tiveram impacto na teoria social foram elaboradas a partir do pensamento feminista, na década de 1970. Esse movimento social que buscava para as mulheres os mesmos direitos do homens, atuou decisivamente na formulação do conceito de gênero. As feministas utilizaram a ideia de gênero como diferença produzida na cultura, mas uniram essa noção a preocupação pelas situações de desigualdade vividas pelas mulheres. [...] Foi, portanto, a partir de uma luta social, que surgiu uma contribuição teórica fundamental para o pensamento social. Nessa elaboração, aspectos presentes na longa história de reivindicações feministas, relativos à dominação masculina, articularam-se a noções teóricas que procuravam mostrar como as distinções entre feminino e masculino são da esfera do social (PISCITELLI, 2009, p.125).

¹⁰ Rubin (apud PISCITELLI, 2009, p.137) classificou o sistema sexo/gênero com “o conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana”.

Como até então os debates do movimento feminista circundavam principalmente a opressão feminina, algumas tendências são identificadas, sendo estas o feminismo liberal, socialista e radical, as quais trouxeram respostas distintas para as mesmas perguntas (CONCEIÇÃO, 2009).

Fougeyrollas-Schwebel (2009) explica que a primeira diverge mais fortemente das demais, ao passo que compreende movimentos fundados na defesa dos valores individuais e da igualdade entre homens e mulheres, buscando reduzir as desigualdades por meio de políticas de ação positivas, configurando um feminismo reformista. Contrariamente, o feminismo socialista e radical configura movimentos que visam romper com as estratégias de promoção das mulheres em detrimento de uma transformação radical das estruturas sociais vigentes, possuindo divergências estratégicas: aquele defende que a liberação das mulheres só virá com uma transformação global e este que as lutas devem se dirigir contra o sistema patriarcal e as formas diretas e indiretas de poder falocrático.

A partir dos anos 1980, o gênero começa a se disseminar nas ciências, constituindo-se uma categoria analítica que substitui, aos poucos, o termo mulheres, passada a ser vista como categoria empírica e descritiva. A busca por erudição e seriedade, indicando uma conotação mais objetiva e neutra que mulheres, é entendida por Scott (1991) como a procura por legitimidade acadêmica pelos estudos feministas. Dessa forma, segue, o gênero, ao incluir as mulheres sem nomeá-las, parecendo não se conformar como uma ameaça crítica, dissociaria-se da política do feminismo na academia, que tomava posição sobre a desigualdade ou o poder. Aqui, precisamente, podemos identificar uma nítida crítica da nascente terceira onda do feminismo para com a segunda.

Os emergentes estudos de gênero objetivavam historicizar e desnaturalizar a desigualdade entre homens e mulheres, analisando-a de forma relacional, isto é, não devendo limitar-se à categoria mulher, mas analisá-la de forma relacional ao homem (CISNE, 2015b). Nisto, Saffioti (2015) refere-se ao gênero como as representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade em torno do masculino e do feminino, cujas estão inter-relacionadas. Logo, a característica relacional “[...] permite considerar que tanto o processo de dominação quanto o de emancipação envolvem relações de interação, conflito e poder entre homens e mulheres” (ARAÚJO, 2000, p.69).

Também surgiu como contraponto à categoria sexo, explicada biologicamente até então e utilizada para justificar os “papeis sociais” dos sexos, se fundando enquanto construção social. Porém, indo de encontro à dicotomia sexo x gênero, lembramos que o sexo

também sofre implicações sociais¹¹. Daí que falar em gênero é compreender que as mais diversas desigualdades entre mulheres e homens não advém de questões naturais, e/ou de “essência” masculina ou feminina, mas de construções sócio-históricas que determinam tais relações.

Em 1980, a sociedade vivia as consequências da crise estrutural do capital eclodida em 1970, dentre estas, as mais significativas: reestruturação produtiva do capitalismo, “ofensiva” do neoliberalismo e fortalecimento da “crise” do socialismo, nos termos de Netto (2012), muito influenciada pela desestabilização da experiência soviética e pela derrubada simbólica do Muro de Berlim. Neste momento, as disputas que impulsionaram a Guerra Fria e dividiram o mundo em dois blocos são amortecidas com o coroamento triunfal do capitalismo, levando alguns e algumas a difundirem que esse modo de produção e reprodução da vida social seria o ápice intransponível da humanidade, por isso estaríamos vivendo o dito “fim da história”, nos termos de Fukuyama (1992). Tal contexto, obviamente, impacta na produção do conhecimento e na difusão das ideias.

Nas ciências sociais, como traz Scott (apud CISNE, 2015b), o período caracteriza-se pela crise dos paradigmas macroestruturais e o ganho de espaço da ênfase nos significados das relações sociais constitutivas das relações de poder em detrimento das causas de dominação/exploração - o que influencia também na análise das relações de gênero¹². Aqui, abrimos um singelo parêntese para contextualizar e conceituar modernidade e pós-modernidade e estruturalismo e pós-estruturalismo por entendermos sua relevância na incidência no debate de gênero.

Outhwaite e Bottomore (1996) tratam a modernidade como um conceito que pode aparecer em diversas épocas com significados distintos, mas, considerando a sociedade moderna, remetem-na aos marcos da sociedade ocidental desde o século XVIII, como industrialização, cientificidade, estado-nação como forma política, atribuição sem precedentes de importância à economia e ao crescimento econômico, racionalismo e utilitarismo como filosofias, rejeição ao passado e culto ao futuro. Acrescentam que a modernidade foi analisada

¹¹ Miguel (2014a) explica que, ao contrário de oponentes do feminismo que consideram que as diferenças entre mulheres e homens refletem uma realidade biológica, sustentada pelo sexo, algumas feministas, afirmando que essa “pretensa realidade biológica da diferenciação sexual” é uma construção cultural, negam o sexo, considerando apenas o gênero. Porém, segue, elucidando que a maior parte do pensamento feminista aceita o “sexo” como uma “variável dicotômica simples e perene”, pois o sexo biológico é responsável pelo dimorfismo sexual e pela possibilidade da gravidez e da amamentação, exclusiva das mulheres. Nesse caso, o gênero diz respeito à reprodução e à naturalização do que é considerado feminilidade.

¹² Nesse sentido, parece-nos pertinente a indagação de Saffioti (2000): “Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?”

pelos principais teóricos do século XIX, definidos por eles como Hegel, Marx, Tocqueville, Weber, Simmel e Durkheim.

De forma similar, Giddens (1991) remete-se à modernidade referindo-se às transformações institucionais que têm origens no ocidente e se expressam em dois complexos organizacionais distintos de particular significação: o estado-nação e a produção capitalista, ambos surgidos no contexto de desenvolvimento europeu, com poucos paralelos em momentos anteriores. Possui como uma das principais consequências a globalização, um processo de desenvolvimento desigual, que introduz novas configurações de interdependência mundial, as quais criam novas formas de risco e perigo concomitante à promoção de possibilidades de longo alcance de segurança global¹³.

Além disso, Macedo (2011) pontua que se caracteriza pela produção em larga escala voltada para o mercado e crença no progresso da humanidade, por meio do desenvolvimento das ciências e das técnicas, bem como construção da igualdade pelos direitos civis. Entretanto, Giddens (1991) chama atenção para a não completude nem da radicalização da modernidade, nem da globalização da vida social.

De modo a aprofundar o tema, Mignol e Pinto (2015) argumentam que a modernidade não é o desenvolvimento de uma história universal, “mas sim a interpretação de certos eventos por atores e instituições que se viam e se vêem como estando no centro da Terra e no presente de um tempo universal” (p. 382). Ainda que seja apresentada como universal e global, defendem que é uma interpretação local e regionalmente condicionada: a partir da Europa Ocidental. Também, que a modernidade esconde por trás de seu “discurso triunfalista” os seus horrores: a colonialidade. Por isso, compreendem que uma não pode ser entendida sem a outra, da mesma forma que a colonialidade não pode ser superada pela modernidade.

Nessa esteira da modernidade está o estruturalismo. Bottomore e Outhwaite (1996) explicam que, ainda que tenha antecedentes anteriores, esse paradigma tornou-se influente durante os anos 60 e 70, enfatizando como crucial a identificação e análise das estruturas que estão na base e produzem fenômenos observáveis. Tendo ampla abordagem teórica nas ciências sociais (com destaque na antropologia a partir de Claude Lévi-Strauss, na sociologia com o marxismo estruturalista de Louis Althusser e na história pela produção da Escola dos Annales), constitui-se por sua oposição ao humanismo, ao historicismo e ao empirismo, bem

¹³ Outra interessante compreensão sobre a globalização é a de Maricato (2010, p.10): “Por globalização entendemos a ampliação internacional dos mercados revolucionada por grandes mudanças tecnológicas (movimento estrutural) combinada ao ideário neoliberal: primazia do mercado, enfraquecimento dos Estados Nação, recuo das políticas sociais, privatizações e mercantilização dos serviços coletivos, e consequente aumento do desemprego e da violência.”

como possui estreita relação com o marxismo. Ao fim da década de 1970, teve sua influência minorada e a década seguinte presenciou a ascensão do pós-estruturalismo ou da pós-modernidade.

Lembremos que esse período é marcado por profundas mudanças na vida social, as quais têm como uma das grandes impulsionadoras a tecnologia, assim como pela já citada crise estrutural do capital - este que precisou se reinventar inclusive no âmbito das ideias. Nesse contexto, surge a crítica pós-moderna como reação cultural ao potencial universalizante da modernidade e rejeição à tentativa de colonização das culturas pela ciência, caracterizando-se pela oposição a todas as formas de metanarrativa¹⁴, como o marxismo, e por elencar a necessidade de utilização de novos conceitos e categorias fundamentais para o entendimento das atuais configurações sociais (MACÊDO, 2011).

Quase que fazendo coro ao pensamento de Fukuyama (1992) sobre o “fim da história”, o pós-modernismo é marcado por “[...] decretos sobre o fim disto ou daquilo (o fim da ideologia, da arte, ou das classes sociais; a “crise do leninismo”, da social-democracia; ou do Estado de bem-estar etc” (JAMESON, 1996, p.27). Do mesmo modo, suas teorias anunciam a chegada e a inauguração da “sociedade pós-industrial”, também conhecida como sociedade do consumo, das mídias, da informação, possuindo um nítido dever ideológico de difundir que essa formação social não responde mais às leis do capitalismo clássico, quais sejam a produção industrial e a luta de classes (Ibid.).

Necessitamos demarcar uma característica que consideramos fundamental na pós-modernidade: o apagamento e até mesmo a exclusão da luta de classes, como definida por Marx, do centro das análises, ocultando sua materialização e invisibilizando e sufocando a resistência dos (as) trabalhadores (as). Percebemos a “desconstrução” do mundo e das categorias hegemônicas relevantes para sua leitura e transformação existentes até então, mas precária ou inexistente reconstrução concretamente. Afinal, a quem serve embaralhar e atenuar os efeitos do capitalismo?

Nesta esteira, aproxima-se “outros mundos” e “outras vozes” há muito silenciados, como de mulheres, negros (as), LGBTs, povos de territórios que sofreram com a violência colonial (HARVEY, 2010), etc, ou seja, de grupos que, apesar de serem maioria quantitativa, configuram minoria política, já que, historicamente, vem sendo excluídos do poder e do

¹⁴ “As metanarrativas que os pós-modernistas desdenham (Marx, Freud e até figuras posteriores como Althusser) eram muito mais abertas, nuançadas e sofisticadas do que os críticos admitem. Marx e muitos marxistas (penso em Benjamim, Thompson, Anderson, entre outros) tinham olho para o detalhe, para a fragmentação e para a disjunção, olho que com frequência é substituído por uma caricatura nas polêmicas pós-modernas. O relato de Marx sobre a modernização é notavelmente rico em percepções das raízes do modernismo e da possibilidade pós-moderna” (HARVEY, 2010, p.111).

usufruto dos bens socialmente produzidos (essencialmente por sua força de trabalho), o que é intensificado pelo discurso hegemônico universalizante da modernidade que não abarca suas especificidades. Igualmente, o campo para a crítica à estrutura se alastra, ganhando destaque as análises que prezam pelos micros poderes, pelas particularidades, pelo subjetivismo, pelo culturalismo, pela valorização da diversidade.

Grande referência pós-moderna no debate de gênero é Judith Butler (2003), que defende a subversão da identidade e questiona a dicotomia sexo/gênero, propondo a “variedade” das construções sociais de orientação e identidade sexuais para explicar o gênero, a perspectiva da teoria queer. Remetemo-nos à Mathieu para tecer a crítica à teoria queer:

[...] Inspirados por uma forma de pós-modernismo e reprovando os movimentos feministas, lésbicos e gays anteriores por terem centrado o seu foco sobre questões relativas às identidades coletivas construídas, os *queer* consideram que as categorias de oposição binária (homens/mulheres, homo/heterossexual) são ultrapassadas ou “essencialistas” (enquanto nós havíamos demonstrado que elas são *construídas* pela opressão!). Trata-se de ultrapassar o gênero (*transgendering*), embaralhando, desordenando, “perturbando” (Butler, 1990) as categorias de sexo e sexualidade. Eles se interessam pelo (s) gênero (s) como uma “representação” quase teatral (*performance*), que cada indivíduo poderia desempenhar à sua maneira. [...] Os aspectos simbólicos, discursivos e paródicos do gênero são privilegiados em detrimento da realidade material histórica das opressões sofridas pelas mulheres, e essa tendência encontra forte oposição entre algumas lésbicas e feministas, especialmente as feministas “de cor” americanas e as do Terceiro Mundo” (MATHIEU, 2009, p. 228, grifos da autora)

Dessa forma, preocupa-nos a relação entre feminismo e o próprio conceito de gênero quando relacionados à pós-modernidade. Tomando Macêdo (2011) como referência, é possível apontar mais algumas problemáticas. Uma delas é relacionada à crítica pós-moderna ao sujeito universal da modernidade¹⁵ por meio da afirmação da diferença, que vai pouco a pouco sendo multiplicada e essencializada, sem uma construção de unidade comum em seu entorno.

O risco da elevação da diferença é o isolamento da percepção da desigualdade entre homens e mulheres, podendo mascarar a realidade dispare dessa relação. Do mesmo modo, não há a proposição de estratégias de resistências que visem direitos iguais, já que acredita

¹⁵ Cabe pontuar que também consideramos complicada a construção de sujeito universal, racional, livre, pois sabemos que, na vida real, diz respeito a alguém muito bem colocado, delimitado e privilegiado no mundo: é basicamente branco, homem, hétero, detentor de propriedade e/ou com boa condição financeira. Portanto, esse universal nada mais é que a partida de um ponto muito particular que pretende ser a referência para homogeneizar e sujeitar o restante. “Conceber a existência do sujeito universal é atribuir-lhe homogeneidade, ou, em outras palavras, unidade. A crítica marxista, partindo de categorias como classe social, mais-valia e alienação, atacou o pensamento liberal, revelando-o como preso ao interesse particular de uma classe social específica – a burguesia. Pensadoras feministas marxistas agregaram mais uma crítica, apontando que o sujeito do liberalismo, além de burguês, é também masculino, portanto, sua pretensa universalidade esconde, na verdade, sua especificidade” (MARIANO, 2005, p.483).

que as mudanças só servirão ou a um (a) ou a outro (a) sujeito (a), não a todos (as), indo totalmente de encontro ao feminismo, que propõe que as mudanças devam acontecer, mesmo que, num primeiro momento, não abarque o todo, mas que produzam mudanças reais com viés de uma transformação mais profunda (MACÊDO, 2011). E mais: o desconstrutivismo pós-moderno não questiona apenas o sujeito masculino, mas também a sujeita “mulher”, sujeita do feminismo, que parece que fica dissolvida e invisibilizada no questionamento sobre a possibilidade de uma “opressão comum” advinda do patriarcado. Sendo assim, como o feminismo poderá dar cabo à ação política prática se não tem nítido quem a impulsionará?

Lembramos que tudo isso não se dá descolado das determinações estruturais. Vivemos um novo complexo de reestruturação produtiva do capital sob o espírito do toyotismo, bem como um capitalismo da financeirização da riqueza, com a hegemonia do capital financeiro e a dominância do neoliberalismo como bloco histórico que condiciona e constrange as políticas do Estado político do capital (ALVES, 2013). Dessa forma, ainda segundo o autor, emerge também o capitalismo do pós-modernismo como lógica cultural permeado de irracionalidade social.

Daí que Pereira (2014) afirma que não há estranheza na recente combinação do pós-modernismo com o neoliberalismo, visto que “[...] ambos se configuram como estágios avançados do capitalismo e compartilham do mesmo desprezo pela reflexão teórica, pelo universalismo, e por qualquer concepção que não seja eminentemente relativa” (PEREIRA, 2014, p.9)

Maria Ligia Quartim de Moraes define as premissas pós-modernas como

[...] uma operação ideológica de desqualificação das lutas sociais e dos projetos de uma nova sociedade. Negam as possibilidades da autonomia dos sujeitos e reduzem o destino humano ao aprisionamento, seja nas estruturas da linguagem, seja nas micro e macroestruturas da sociedade. A consequência política das teses pós-modernistas é um misto de conformismo e acomodação ao *status quo*. É exatamente por seu pretenso apolitismo, que se traduz numa absoluta falta de entusiasmo pelos direitos universais, que as teorias pós-modernas não apresentam quaisquer afinidades com as lutas e os temas das opressões sociais (2003, p.96, grifo da autora)

Na expressão de Oliveira (2009), o gênero aparece no limiar entre a epistemologia estruturalista e a pós-estruturalista. Por esse motivo, é relevante pontuar que a conjuntura de sua conformação enquanto categoria analítica é permeado por riscos de retrocessos para o movimento feminista e para os movimentos da classe trabalhadora (CISNE, 2015b).

Além do mais, Matos (2008, p.337, grifos nossos) alerta que

[...] se por um lado gênero tornava mais inclusiva a discussão, por outro, já e desde o momento inicial, parte importante do feminismo, inclusive aqui no Brasil, veio a criticar o potencial politicamente desmobilizador do conceito, alertando-nos para a possibilidade da fragmentação e desempoderamento¹⁶ feminino que poderia provocar. O risco antevisto seria o de se perder de vista a *situação política de opressão vivida pelas mulheres*, em prol de uma *multiplicação das diferenças de gênero*, o que poderia comprometer uma agenda tida como propriamentefeminista.

Deste modo, hegemonicamente, percebemos que a categoria gênero vem sendo utilizada pelo pós-estruturalismo, que, ao deslocar as relações de poder entre homens e mulheres para o campo individual, tende a atenuá-las. Dito de outra forma, é abordado por uma perspectiva culturalista, que difundiu uma análise idealista e individualizada das relações entre homens e mulheres, porque não considera as relações sociais materiais e estruturantes, tanto é que sua difusão foi realizada por teóricos (as) das agências de cooperação internacional, de instituições governamentais e por organismos multilaterais (CISNE, 2015b).

Corroborando com essa análise, trazemos a contribuição de Castro (2000, p.101):

O conceito de gênero, hoje, é congelado, reduzido a termo de posição, e, como tal, é peça chave no investimento das agências internacionais de apoio a um sistema de organizações não-governamentais que lidariam com direito das mulheres, sem subverter, ao contrário, o edifício de relações sociais que se realizam no capitalismo e seus motores como hierarquia, competição e apropriação privada em proveito de alguns.

Ademais, possui uma generalidade excessiva e pretensão de neutralidade, que apresentam grande grau de extensão, mas baixo de compreensão (SAFFIOTI, 2015). Assim, lembra-nos Cisne (2014) que os “estudos de gênero” conseguem ter maior aceitação e penetração nesses espaços mencionados justamente por sua aparência de mais acadêmico ou científico, sendo que, inclusive, ainda possui esse “baixo nível de compreensão” fora dos limites do “feminismo acadêmico”, isto é, permanece restrito ao espaço acadêmico, onde foi fortemente desenvolvido, e, em vista disso, por diversas vezes, fica dissociado da luta política do movimento feminista.

Concordamos com as críticas, porém compreendemos que se situam direcionadas a um determinado campo de abordagem teórica. Em contrapartida, pontuamos que a categoria gênero também implica em possibilidades analíticas e interventivas, como, remetendo-se a Bezerra e Veloso (2015), a constatação do estabelecimento de relações desiguais entre homens e mulheres, “[...], ou seja, quando se fala em gênero, está se referindo a um determinado *modelo de relação entre homens e mulheres* marcado tendencialmente pela

¹⁶ Importa pontuar que temos muitas ponderações quanto ao uso da palavra “empoderamento”, mas ainda assim optamos por mantê-la, considerando o contexto em que se insere no trecho.

desigualdade da inserção social destas em relação àqueles” (BEZERRA; VELOSO, 2015, p.165, grifos nossos). Além disso, gênero, hoje, é uma categoria bastante difundida, embora nem sempre compreendida, a qual recebe diversas e distintas atribuições.

Por essas motivações, defendemos sua utilização e aprofundamento a partir da abordagem a qual nos parece a mais coerente, a marxista, a qual o concebe como estruturante das relações sociais ou da totalidade social, sempre articulado a outras categorias e/ou relações cruciais, como classe social, patriarcado, “raça” e divisão sexual do trabalho. Entendemos que o conteúdo do conceito de gênero, “se apartado das relações sociais de classe e ‘raça’, e da luta pela erradicação das explorações e opressões daí decorrentes, pouco oferece como ‘arma da crítica’” (CISNE, 2014, p.67) e da prática.

Com efeito, a partir do que apresentamos, concluímos esse início de exposição afirmando a categoria gênero, sobretudo, como política, histórica e analítica, por isso contraditória e em disputa. Também é fundante da totalidade social e demarca, essencialmente, que relações desiguais e hierárquicas entre homens e mulheres, bem como suas condições igualmente desiguais e hierárquicas de inserção social advém de construções sócio-históricas. Porque é calcada na sociabilidade, referimo-nos às suas expressões como relações sociais de gênero.

4 SERVIÇO SOCIAL E GÊNERO: BUSCANDO SUAS APROXIMAÇÕES A PARTIR DO MARXISMO E DO FEMINISMO

As relações sociais de gênero adquirem importância na medida em que se aproximam e conformam o Serviço Social, ao mesmo tempo em que também são conformadas por ele. Em razão disso, entendemos que é preciso compreender a profissão à luz da sua historicidade, que atribui diversas determinações para sua configuração na sociedade do capital, estas as quais se movem, movendo também aquela a partir de suas contradições intrínsecas.

Para compreendermos essa relação, que constitui o motivo e a finalidade deste trabalho, propomos neste capítulo apresentar os principais fundamentos que conformam o Serviço Social, com foco nas relações sociais de gênero. Por isso, também buscamos uma interlocução entre marxismo e feminismo com o gênero como ferramenta para nos auxiliar nos fins desta pesquisa: contribuir com a elaboração sobre a relação da categoria gênero e o Serviço Social, nisso, investigando especificamente a formação profissional.

4.1 MARXISMO E FEMINISMO EM DIÁLOGO COM O GÊNERO

Buscando pautar o marxismo, parece-nos importante contextualizar a origem da teoria social marxiana e alguns elementos básicos em seu entorno. Para isso, tomaremos basicamente Netto (2006) como referência. Na primeira metade do século XIX, consolida-se a sociedade burguesa, tendo a burguesia como classe dominante e o proletariado como sujeito histórico-político autônomo, especialmente após a repressão pela burguesia das “sublevações/insurreições operárias de 1848”, ou a chamada Primavera dos Povos, colocando em xeque os ideais da Revolução Francesa e a nova organização social dela originada. Juntamente com essa nova ordem social e suas contradições, surgem outros modos de pensamentos e emergem os elementos para conformar a “razão moderna”, um “bloco cultural progressista”, que procurava apanhar com objetividade a dinâmica da sociedade e da história, vindo a dividir-se em dois campos opostos: a teoria social de Marx e o pensamento conservador (NETTO, 2006).

Quanto ao último, Netto (2006) explica que diz respeito ao positivismo e todas as suas derivações decorrentes, que, partindo dos “fatos sociais” como realidades objetivas inquestionáveis, compromete-se com as necessidades de conservação, gestão e reforma da sociedade burguesa. Com relação à primeira, pontua que é “uma teoria da sociedade burguesa sob a ótica do proletariado, buscando dar conta da dinâmica constitutiva do ser social que

assenta na dominância do modo de produção capitalista” (p.19), bem como atribui visibilidade ao seu caráter revolucionário, o qual visa compreender a sociedade capitalista para suprimi-la, ou então compreender a realidade para transformá-la.

Quem sucede Karl Marx, partindo dele, conforma o que comumente conhecemos como marxismo, que não pode ser entendido como um dogma, um conjunto de princípios, uma linha contínua de pensamento. É, pois, “uma série de interpretações e acréscimos variados da obra de Marx, condicionados, cada um deles, por injunções históricas, culturais, políticas etc.” (Ibid., p.75). Por esse motivo, o autor critica a referência ao marxismo e, em contrapartida, defende que há uma tradição marxista:

Em poucas palavras: a obra de Marx (que chamamos de *marxiana*) forneceu a base para inúmeros desenvolvimentos (as *correntes marxistas*) que, no seio de um bloco teórico-cultural diferenciado (a *tradição marxista*), oferecem tratamentos complementares, alternativos e/ou excludentes para os problemas que se foram e vão colocando no mundo burguês e nas suas ultrapassagens revolucionárias. Se se rotula esta tradição de “marxismo”, corre-se o risco de perder de vista a sua enorme heterogeneidade – porque, se existem fios condutores que a identificam enquanto uma tradição, existem igualmente, e com a mesma relevância, componentes que peculiarizam as numerosas propostas que a compõem (Ibid., p.76-77, grifos do autor).

Ademais, Netto (1989) também sugere que a tradição marxista pode ser precisada conforme um triplo critério: *o método dialético crítico, a teoria do valor trabalho e a perspectiva da revolução*. Aponta que esse tripé que deve estar presente simultaneamente, caso contrário há o risco da construção teórica arruinar.

Considerando a heterogeneidade da tradição marxista, Souza (2014) sugere que não existe o marxismo, mas vários marxismos conformando essa tradição¹⁷, portanto, não convém a acusação de que esta é cega às questões de gênero, a não ser que consideremos as correntes marxistas *dogmáticas, reducionistas e economicistas*. Além disso, a autora elucida que, a partir do pós-68, o marxismo vem perdendo terreno para vertentes ligadas à pós-modernidade, porém lembra que os (as) marxistas foram pioneiros (as) na percepção do gênero ainda em

¹⁷ Sobre isso, Netto (1989, p.94-95, grifos do autor) aprofunda: “A obra de Marx, sabe-se, padeceu sorte irônica: já em princípios dos anos 80 do século XIX, por força de condicionalismos [...], ela começa a ser convertida em um *sistema* que especialmente em razão das características da Segunda Internacional, acaba por se consolidar como *Weltanschauung*. Nascia o marxismo, que a Terceira Internacional, malgrado a ruptura política com a sua antecessora, entronizaria e codificaria, sob a autocracia stalinista, no catecismo do *marxismo-leninismo*. Em pouco mais de meio século, o espólio do maior dos críticos, que inclusive recusara-se a ver-se como “marxista”, estava transformado em doutrina. Com os processos que se sucedem a partir do XX Congresso do PCUS (1956), esta doutrina, o marxismo institucional, entra em colapso e se abre a via à compreensão de que a tradição marxista, englobando a obra marxiana, configura um leque de expressões muito diferenciadas. Em suma, com a crise dogmática doutrinária, tornou-se impossível a referência ao “marxismo” no singular – impõe-se a constatação dos “marxismos”.

finais dos séculos XIX e início do século XX, quando ainda era abordado enquanto “questão da mulher”.

O próprio Marx já pontuava a condição da mulher na sociedade capitalista, certamente que com todas as limitações de seu tempo¹⁸. Além disto, outros nomes pioneiros merecem destaque, são eles: Friedrich Engels, com sua importante obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” (2016)¹⁹, publicada em 1884; Vladimir Ilyich Lenin, tendo como uma de suas contribuições o livro “O Socialismo e a emancipação da mulher” (1956)²⁰; Nadiéjda Konstantínovna Krúpskaia, infelizmente ainda mais conhecida como a companheira de Lênin que uma importante militante socialista soviética, também pensadora e formuladora sobre temas políticos, entre eles a questão das mulheres na Revolução²¹; Clara Zetkin, também militante e pensadora socialista e referência do movimento de mulheres socialistas²²; Alexandra Kolontai, militante socialista soviética e teórica, tendo destaque sua obra “A nova mulher e a moral sexual”(2011).

Além do mais, precisamos lembrar que, no contexto da segunda onda feminista, após os anos 1960, as correntes teóricas emergentes possuem a perspectiva materialista histórica, visando aliar marxismo e as pautas dos movimentos feministas (ANDRADE, 2011). Inspirado pela luta e pela teoria de mulheres socialistas, como Krúpskaia, Zetkin e Kolontai, o

¹⁸ Ver mais em Andrade (2011).

¹⁹ “Não obstante os limites de alguns dos referenciais antropológicos presentes em *A origem da família, da propriedade e do Estado*, particularmente a suposição de que, originalmente haveria um padrão universal de família, assim como certa simplificação no modo de conceber a divisão sexual do trabalho em sua origem, essa obra permanece uma referência para pensar a relação entre condições materiais, surgimento da propriedade privada, das instituições e da opressão da mulher. A contribuição de Engels foi importante para mostrar que o lugar social das mulheres não era expressão de uma ‘natureza feminina’ inata, identificando a relação entre homens e mulheres como relação de opressão e situando nos processos socioeconômicos os elementos que conduziram à dominação masculina” (ARAÚJO, 2000, p.66, grifos da autora).

²⁰ Alambert (1980 apud Bezerra e Veloso, 2015, p.86) sintetiza as propostas de Lênin para que seja possível a libertação da mulher: “Participação da mulher nas atividades produtivas. Criação de uma rede de serviços sociais que se responsabilizem pelos afazeres domésticos. Leis que sancionem os novos direitos da liberdade e igualdade da mulher. Criação de uma nova concepção de mulher, de relações familiares e de relações homem-mulher.”

²¹ Diz Krúpskaia (2017, p.117-118), em “Caminhos para a emancipação da mulher oriental”: “O poder soviético luta contra todo tipo de exploração, qualquer que seja a sua forma. E, é claro, devemos lutar até o fim contra a exploração da mulher, ainda que ela se manifeste de maneiras disfarçadas e um tanto incomuns para nós. [...] O caráter de classe dessa luta nunca, nem por um minuto, pode ser perdido de vista. Os soviets devem ser os organizadores das amplas massas de trabalhadores. [...] Parece-me necessário que eles tenham instruções claras nesse sentido, que eles saibam o que deve ser feito para que seus quadros fundamentais lutem pela emancipação das mulheres, sejam elas camponesas mais pobres ou assalariadas agrícolas contratadas. [...] Parece-me que o cerne da emancipação da mulher – e essa questão se insere na linha geral da construção da nova vida – é também uma questão de organização, e aqui não podemos escapar do ponto de vista de classe”.

²² Bezerra e Veloso (2015, p.85) tomando como referência Alambert (1980) citam que “[...] Zetkin sempre lutou para que a questão da mulher estivesse presente em documentos e ações do movimento operário, por meio da luta pelo sufrágio feminino e pela legislação que garantisse melhores condições de trabalho. Contudo, ela fazia distinção entre a luta feminista e a operária, posicionando-se contra qualquer agitação específica feminista, defendendo que o objetivo principal era a formação da consciência de classe da mulher e do seu empenho na luta de classes”.

feminismo, lembra Álvarez González (2010), retoma uma plataforma que continha uma radicalidade semelhante às ações bolcheviques nos primeiros anos da Revolução Russa, pautando, por exemplo, igualdade nas relações pessoais e criticando os modelos tradicionais de família.

Lengermann e Niebruggebrantley (1993, p.388 apud LISBOA, 2010, p.70) entendem que as feministas socialistas²³ avançaram três sentidos na teoria marxiana: “em sua redefinição das condições materiais, em sua reavaliação do significado de ideologia, e em seu enfoque sobre a dominação, comprovando que esta se exerce de forma polifacética”.

Além do mais, é recorrente por parte de alguns marxismos a desvalorização dos “novos” movimentos sociais, como o feminismo e os étnicos, sob a acusação de serem “identitaristas”, com reivindicações particularistas. Realmente, muitos movimentos atualmente foram cooptados pelo sedutor discurso pós-moderno, caindo na pauta do culturalismo, do discurso, do fragmentário e distanciando-se de motivações macroestruturais. Mas será que todas as lutas sociais hoje possuem esse caráter? Nenhuma delas vincula suas pautas e ações com a opressão-exploração capitalista, portanto, com sua superação como condição indispensável? Quer dizer que nenhum desses movimentos pode contribuir na correlação de forças das lutas contra-hegemônicas anticapitalistas, feministas, anti-racistas?

É como se houvesse um “[...] padrão universal de movimento, com registro e carteira assinada, respeitando cânones estabelecidos por algum supremo tribunal dos movimentos verdadeiramente socialistas” (MORAES, 2003, p.97). Desconsideram a ideia de processo, tendências, disputas, hegemonias, formas distintas de organização a depender do desenvolvimento sócio-histórico, enfim, desdenham as múltiplas determinações desses movimentos, o que não é coerente, inclusive, com a teoria marxiana.

Afinal, se Marx nos dá o modelo abstrato do desenvolvimento capitalista, na dura realidade prática, o capital tira lucro como pode e quando pode. Se os capitalistas puderem pagar menores salários para mulheres e negros, aproveitando-se do sexismo e do racismo, porque deixariam de fazê-lo? Se puderem diminuir os custos de reprodução da força de trabalho, aproveitando-se da dupla jornada das mulheres, por que investiriam em creches e equipamentos coletivos que minorem os trabalhos domésticos? (MORAES, 2003,p.99)

²³ Em relação ao feminismo socialista, Bezerra e Veloso (2015, p.156) comentam: “A característica fundamental dessa posição é a realização de tentativas de lidar, ao mesmo tempo, com as relações de gênero e as relações entre as classes sociais. [...] Centrar a análise na simbiose capitalismo-patriarcado, como tenta fazer essa vertente, mostra-se de grande relevância porque ‘responde às críticas reiteradamente feitas às categorias conceituais marxistas como ‘sexualmente cegas’ (SAFFIOTI, 1987, p.115-116) e, também, porque ‘um uso adequado dessas categorias [...] permitirá a construção de uma teoria capaz de nortear as lutas, visando à eliminação das desigualdades’ (SAFFIOTI, 1987,p.115-116)”.

Daí que podemos inferir que essa crítica de um determinado marxismo não entende a reinvenção capitalista para explorar cada vez mais e mais, aprofunda as relações de classe, gênero e “raça”.

[...] A crise capitalista, os novos centros de conflitos e suas novas formas de organização e expressão sociais nada mais são, nessa ótica, do que novas e diversas maneiras de manifestações da fundante contradição capital/trabalho, fundamento da chamada “questão social”, que se expressa das mais variadas formas, e as quais os sujeitos enfrentam com um infindável leque de possibilidades. Antes de *negar* a contradição capital/trabalho, como categoria fundante da sociedade capitalista, esses fenômenos a *confirmam* (MONTAÑO; DURIGUETTO; 2011, p.324, grifos dos autores).

Sendo assim, esses movimentos podem se desenvolver de forma mais localizada, “[...] mas isso não retira o fato [...] de terem vinculação com a forma dada no sistema capitalista [...], e seu acionar ter impactos (positivos ou negativos, transformadores ou mantenedores) das relações e estruturas nas esferas estatal, mercantil e da sociedade civil (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.324). Obviamente, não estamos defendemos puramente sua existência, porque somente ela não basta para haver transformação concreta. É necessário que existam, pautando avanços hoje, articulados a um projeto classista que vislumbre que suas conquistas possam acumular para uma nova ordem societária, totalmente oposta à capitalista.

Por outro lado, é preciso demarcar que um dos principais críticos ao marxismo por, em tese, não abordar a questão de gênero, é o feminismo (compreendendo algumas vertentes, principalmente a liberal), não levando em conta, por sua vez, exatamente o que explicitamos: não existe um único marxismo.

Buscando rapidamente traçar paralelos entre marxismo e feminismo, trazemos a contribuição de Castro (2000), apresentando os elementos que seguem: preocupam-se em questionar relações desiguais socialmente construídas; podem negar propriedades, expropriações e apropriações – isso a depender do feminismo; ênfase na materialidade existencial, sustentada por práticas materiais (em instituições, no público e no privado etc.); possibilidade de mudanças pela ação de sujeitos (as).

Afirmamos ainda, tal qual pontua a autora, que a relação entre marxismo e feminismo é importante para o segundo em seu reconhecimento teórico e prático (enquanto movimento social) e para o primeiro para enriquecê-lo no que condiz à análise das múltiplas determinações da realidade.

Ao retornar ao debate sobre a suposta negação do marxismo às questões de gênero, temos acordo com Bezerra (2014) quanto ao fenômeno do gênero ainda não ter se

manifestado em toda a sua complexidade e ao limitado desenvolvimento da categoria quando foi apreendido por marxistas no final do século XIX e início do século XX, especialmente pela pouca organização política das mulheres. Enquanto categoria, o gênero é recente, porém, do ponto de vista histórico, sempre existiu. Neste sentido, sua apreensão foi realizada pioneiramente por marxistas, ainda que de maneira parcial e até problemática por vezes pelos (as) marxistas do início do século (Ibid.). A autora também lembra que não é possível que neguemos que foram as feministas não-marxistas que trouxeram a compreensão do gênero como relacional, avançando no que se tinha até o momento, que focava na exploração e na opressão do homem sobre a mulher, igualmente na subsunção do gênero ao capitalismo ou à exploração de classe.

Desse modo, defendemos que “o método materialista é o mais adequado para apreender o gênero, por desenvolver um movimento que, utilizando-se da totalidade e da história, desfeticiza e desnaturaliza os fenômenos sociais” (Ibid., p.19). Logo, articular marxismo e gênero é: conceber o gênero como estruturante da totalidade social, se lincado a outras categorias sociais, como classe, “raça”, patriarcado, divisão sexual do trabalho (com foco para a categoria trabalho).

Agora, finalmente, é o momento mais pertinente para conceituar o que entendemos por patriarcado. Delphy (2009), ao apresentar o patriarcado partindo da acepção feminista da segunda onda, conta que este

[...] designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres (DELPHY, 2009, p.173).

Ao aprofundar essa compreensão, Cisne (2015b, p.25-26), em nota de rodapé, comenta que patriarcado é

[...] o sistema de dominação e exploração sobre as mulheres, regido pelo medo e desigualdade de poder entre homens e mulheres. Por ser funcional aos interesses capitalistas, esse sistema não foi aprimorado, mas fundido ao atual modo de produção, formando um único sistema: o patriarcal capitalista, pautado na exploração intensificada da força de trabalho, especialmente feminina. Entende-se que o patriarcado é um sistema porque funciona independentemente da presença dos homens, ou seja, ele encontra-se enraizado nas relações sociais de tal forma que, mesmo entre mulheres, sem necessariamente haver a presença masculina, há a sua ratificação e a sua reprodução.

Para relacionar patriarcado e capitalismo, trazemos a análise de Heleieth Saffioti, uma das principais referências marxistas brasileiras. Saffioti (1988) discute que o sistema de

classes não se dá de forma exclusiva no âmbito da economia, pois a realidade é multifacética e cria outros tipos de dominação além da econômica. Igualmente, entende que o patriarcado não deve ser restringido a um sistema de dominação política, porque também abrange os demais tipos de dominação, até mesmo a econômica.

A partir disso, podemos tratar a categoria gênero como a relação histórico-social que antecede o capitalismo, mas que foi apropriada por este e está para o patriarcado assim como o capitalismo está para a classe, isto é, o patriarcado garante sua reprodução da mesma forma que o capitalismo possibilita a reprodução diretamente da luta de classes (informação verbal)²⁴. Portanto, o gênero também é estruturante da sociedade, do mesmo modo que a classe social e a “raça”.

Logo, as relações sociais de gênero, classe e “raça” podem ser consideradas como “consustanciais” e “coextensivas”, conceituação proposta por Kergoat:

As relações são consustanciais: elas formam um nó que não pode ser seqüenciado ao nível das práticas sociais, apenas em uma perspectiva analítica da sociologia; e elas são coextensivas: implantando as relações sociais de classe, de gênero e de “raça”, se reproduzem e se coproduzem mutuamente (KERGOAT, 2012, p.126-127 apud CISNE, 2014, p.68)

Tratando das relações sociais de gênero no capitalismo, precisamos considerar que sua materialização se dá fundamentalmente na divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo²⁵; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc). Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher (KERGOAT, 2009, p.67).

Além disso, Kergoat (2009) explica que tais princípios existem porque há um processo específico de legitimação, que liga o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados, os quais são naturalizados como “destino”. Em contrapartida,

[...] a teorização em termos da divisão sexual do trabalho afirma que as práticas sexuais são construções sociais, elas mesmas resultado de relações sociais. [...] Assim, [...] não remete a um pensamento determinista; ao contrário, [...] se supõe trazer à tona os fenômenos da reprodução social, esse raciocínio implica estudar ao mesmo tempo seus deslocamentos e rupturas, bem como a emergência de novas configurações que tendem a questionar a própria existência dessa divisão (KERGOAT, 2009, p.68).

²⁴ Oficina ministrada por Vanessa Bezerra de Souza no I Fórum de Gênero, Políticas Sociais e Movimentos Sociais, na Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, novembro de 2017.

²⁵ Terminologia defendida e utilizada pelas feministas francófonas em contraposição ao gênero.

Elencados e relacionados de forma breve os pontos que propusemos para discutir gênero a partir do marxismo e do feminismo, é necessário que os aprofundemos com relação ao Serviço Social, o desafio que segue no próximo item.

4.2 A CATEGORIA GÊNERO E O SERVIÇO SOCIAL

Iniciamos localizando o Serviço Social: uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, que “[...] só pode afirmar-se como *prática institucionalizada e legitimada* na sociedade ao responder a *necessidades sociais* derivadas da prática histórica das classes sociais na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.20, grifos dos autores). Assim, o Serviço Social se reproduz como um trabalho especializado na sociedade por ser socialmente necessário, isto é, tem uma utilidade social.

A profissão está inserida na divisão social do trabalho, configurando como um trabalho especializado na sociedade. Por conseguinte, como condição de qualquer trabalhador (a) assalariado (a), a inserção do (a) assistente social no mercado de trabalho perpassa pela compra e venda da força de trabalho especializada aos organismos empregadores, isso porque não detém todos os meios financeiros, técnicos e humanos necessários para o exercício profissional autônomo. Dessa forma, depende das condições disponíveis nas instituições que a e o requisitam.

As ações desenvolvidas pela e pelo assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais são compreendidas como processos de trabalho, tendo em vista que a prática profissional não pode ser considerada isoladamente, mas em seus “condicionantes” internos e externos, determinados pelas circunstâncias sociais. Significa também que, para existir trabalho, é necessário dispor de meios e instrumentos de trabalho e a matéria-prima ou objeto sobre o qual se incide a ação transformadora do trabalho.

Por esse motivo que a e o profissional do Serviço Social dispõe de relativa autonomia para realizar seu trabalho, pois este está conformado, de um lado, pelo projeto profissional e, de outro, pelo projeto do empregador, ou seja, da instituição que fornece meios e recursos para a realização do trabalho e, por isso, institui prioridades, interfere na definição de papeis e funções que compõem o cotidiano profissional (IAMAMOTO, 1998).

Os interesses dos (as) usuários (as) também conformam o trabalho da e do assistente social. Diante disso, pontuamos que o exercício profissional sofre rebatimentos das condições propiciadas pela correlação de forças institucionais e externas ao local de trabalho, podendo ser do âmbito da conjuntura particular ou macroestrutural.

Enquanto um tipo de trabalho especializado na sociedade, propõe-se a interagir na produção e na reprodução das relações sociais. Sobre produção/reprodução da vida social, Iamamoto (1998) pontua que envolve a produção da vida material, que permite a homens e mulheres suprirem suas necessidades básicas e estabelecerem relações entre si, relações sociais, bem como afirma que ela abrange para além da dimensão econômica: abarca a reprodução das relações sociais de indivíduos, grupos e classes sociais e as formas através das quais se apreende a vida social, as formas de consciência. Yasbek (2009) lembra que a última se dá por meio da reprodução de determinado modo de vida, do cotidiano, de valores, de práticas culturais e políticas e do modo como se produzem as ideias nessa sociedade, as quais demonstram práticas sociais, políticas, culturais, padrões de comportamento.

Ademais, o Serviço Social não intervém ou produz conhecimentos sobre um território específico, mas se dispõe a interagir na trama das relações sociais, o que pressupõe a articulação de múltiplos territórios e conhecimentos – podendo dificultar a visibilidade ao seu processo de produção específica, porém, ao mesmo tempo, aproxima-o da realidade concreta que não fragmenta unidades como sujeitos ou grupos (PRATES, 2003). Igualmente, possui a importante característica de ser uma profissão teórico-prática.

Como especialização do trabalho, a profissão surge na Europa em um contexto de consolidação do capitalismo, na segunda parte do século XIX, período marcado pelo aprofundamento da exploração da classe trabalhadora e pelos conflitos de classe decorrentes.

A manutenção dessa ordem demanda, portanto, uma intervenção estatal, tanto para assegurar a reprodução social, como para o controle desses conflitos, garantindo, portanto, os interesses capitalistas. Assim, percebe-se uma articulação entre as funções políticas e econômicas do Estado. É por meio das políticas sociais que o Estado burguês irá garantir essa imbricação entre suas funções políticas e econômicas, requisitando, para isso, profissionais especializados. (CISNE, 2015b, p.37).

Daí que emerge o Serviço Social, demandado e conformado essencialmente em seu início por Estado, burguesia e Igreja Católica para controlar e reprimir os (as) trabalhadores (as). Dessa forma, cumpre função de “colocar panos quentes” nas expressões da questão social, esta que é considerada a base da fundação da profissão.

A questão social é apreendida enquanto o conjunto das desigualdades da sociedade capitalista, mas também como expressões de rebeldia, por envolver sujeitos que vivem, resistem e se opõem às desigualdades (IAMAMOTO, 1998). Cisne (2015b) acrescenta que a questão social é o conjunto das desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais da sociedade capitalista madura, as quais compreendem desigualdades de gênero, etnia e geração, por exemplo. Também, Netto (2011) comenta que a análise marxiana em “O capital” revela que a questão social é determinada pela conformação da relação capital/trabalho, que tem na exploração (que não é unicausal e implica a mediação de componentes históricos, políticos, culturais etc) a sua determinação molecular²⁶.

No Brasil, de acordo com Cisne (2015b), o Serviço Social surge na década de 1930, em uma conjuntura em que a questão social não poderia mais ser tratada como caso de polícia ou de práticas de assistência social descontínuas, voluntaristas, de caridade, realizadas essencialmente pela Igreja Católica, pois a classe trabalhadora já possuía autonomia e organização, o que colocava sob ameaça a classe dominante. Segue a autora, o atual Governo de Getúlio Vargas se vê, então, obrigado a tratar a questão social como questão política e legal, constituindo uma assistência social pública, ainda marcadamente de cunho paternalista, populista, clientelista. Sob essas circunstâncias, o Serviço Social é demandado a implementar as políticas sociais, garantindo a amenização do conflito de classes via atendimento das necessidades destas: dos (as) trabalhadores (as), de amenizar sua condição precária de vida e do capital, de controlar a força de trabalho(Ibid.).

Iamamoto e Carvalho (2014) também lembram que a afirmação como profissão se dá com a vinculação a organizações patronais privadas, que se dedicavam às atividades produtivas e à prestação de serviços sociais à população, bem como que

[...] Em suas origens no Brasil, o Serviço Social está intimamente vinculado a iniciativas da Igreja, como parte de sua estratégia de qualificação do laicato, especialmente de sua parcela feminina, vinculada predominantemente aos setores abastados da sociedade, para dinamizar sua missão política de apostolado social junto às classes subalternas, particularmente junto à família operária.

Portanto, a institucionalização da profissão se dá enraizada com a história da assistência social (CISNE, 2015b), assim como o significado sócio-histórico do Serviço Social é conformado pela relação com as políticas sociais do Estado e com as organizações institucionais a que se vincula (IAMAMOTO; CARVALHO,2014).

²⁶ Para ver mais sobre a questão social, aprofundar o texto denominado Cinco notas a propósito da “questão social”, apêndice à terceira edição do livro de Netto (2011).

No cerne dos fundamentos profissionais, encontra-se uma forte “marca feminina”, ou, na expressão de Dias (2015), há uma marca do perfil feminino que acompanha a constituição da profissão e seu percurso histórico, das protoformas até hoje. Assim,

[...] percebe-se, portanto, que razões de classe e de gênero se articularam historicamente na profissionalização do Serviço Social, utilizando amplamente como argumento a coerência dos “atributos”, das “qualidades” do sexo feminino, naturalizando-as e assimilando-as no universo do trabalho (SOUZA; VELOSO, 2015,p.197).

O resultado da pesquisa “Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional”, de 2004, realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em convênio com a Universidade Federal de Alagoas, pode reforçar o que apresentamos por meio do traço do perfil profissional do (a) assistente social brasileiro (a). Esse perfil perfaz-se de mulher, com idade entre 35 a 44 anos, católica praticante, que se autodeclara branca, heterossexual, casada, sem filhos ou constituindo uma prole de dois filhos.

Para abordarmos a “marca feminina”, tomamos o entendimento de Cisne (2015a, p.53), que pontua que ela é

[...] compreendida como um processo histórico-cultural de construção de práticas, saberes e valores em relação ao feminino, por meio de uma construção diferenciada sobre os sexos, a qual dita, modela e institui o que é feminino. Torna-se, cria-se o feminino, de acordo com a conveniência e os interesses da classe dominante, resultando na produção de desigualdades entre homens e mulheres, reveladas, por exemplo, na sua forma de inserção no mercado de trabalho.

Logo, a configuração profissional “de mulheres para mulheres” é apenas o aparente, sendo necessário desvendar a lógica de fundo que a impulsiona, que tem total relação com a inserção do Serviço Social na divisão sexual do trabalho. Esta que lhe atribui caráter de subalternidade, não considera sua importância como especialização do trabalho, confere-lhe baixos salários, assim como pouco reconhecimento/status social – elementos típicos de profissões “femininas”²⁷. “[...] Assim, muito mais que ser valorizado como trabalho, o Serviço Social vai se constituindo como algo vinculado ao ‘dom’ ou mesmo a um papel feminino” (CISNE, 2015b, p.63). Para tanto, é necessário reafirmar o Serviço Social como um trabalho na sociedade capitalista, com todas as suas características universais e singulares enquanto tal, para ir de encontro à “marca feminina”.

²⁷ Lembramos que não só “[...] todas as profissões consideradas de mulheres são, em alguma medida, extensivas às atividades domésticas e estão vinculadas às práticas do chamado cuidado” (CISNE, 2015b, p.62), como têm rebatimentos similares aos citados, os quais são característicos da divisão sexual do trabalho.

Dessa forma, “[...] não é por ser exercida em sua maioria por mulheres que a profissão carrega um estatuto de subalternidade, mas pelas construções sócio-históricas de uma sociedade patriarcal em torno do feminino” (Ibid., p.30), ou então, em outros termos, “[...] o problema não está em ser composta majoritariamente por mulheres, mas ser inserida na divisão social e sexual do trabalho como uma profissão de mulheres” (CISNE, 2015a, p.66). Por isso é que as e os profissionais devem desvendar as relações de gênero não apenas em relação aos (às) usuários (as) de seus serviços, como também em relação a eles/elas mesmos (as) (SOUZA; VELOSO, 2015).

É importante visualizar que tanto a questão social, quanto as políticas sociais, ambas mediações fundamentais do trabalho da e do assistente social, demandam o aprofundamento das relações sociais de gênero. A primeira porque é mediatizada por tais relações em suas distintas expressões e a segunda porque vem incorporando a transversalidade de gênero (LISBOA, 2010). Neste sentido, pode-se dizer que o aprofundamento da categoria gênero pela profissão poderia lhe servir, inclusive, como ferramenta na troca interdisciplinar, uma constante do exercício profissional. Em vista disso, consideramos que o gênero “[...] está presente em todas as dimensões do trabalho do [e da] assistente social” (SOUZA; VELOSO, 2015, p.184).

Assim, importa uma formação que forneça competências e instrumentais às e aos assistentes sociais também para apreender a categoria gênero em todas as esferas da vida social, dentro do seu âmbito de intervenção, entendendo que a reflexão sobre a questão social se potencializa a partir dos elementos que o gênero traz (SOUZA; VELOSO, 2015).

Além do mais, Cisne (2015a) bem pontua a relevância da consubstancialidade e a coextensividade das relações sociais de gênero, classe e “raça” para o Serviço Social, que, uma vez as desconsiderando, estaria rompendo com a perspectiva da totalidade a qual o projeto hegemônico profissional se propõe. Mesmo porque seu público usuário é transpassado por esses pilares e constitui-se majoritariamente por mulheres trabalhadoras, em grande medida negras.

O Serviço Social tem compromisso ético-político, conforme Código de Ética Profissional²⁸, com um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero. Logo, vai de encontro a todas as formas de desigualdade, discriminação e opressão. Dessa forma, as relações sociais de gênero importam para o desvelamento das desigualdades que marcam a vida, sobretudo,

²⁸BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

das mulheres, assim como para não naturalizar sua “condição” e/ou seus “papeis” no cotidiano do exercício profissional.

Precisamos ter uma concepção feminista para não reproduzir a responsabilização da mulher, ao passo que desresponsabilizamos o Estado pela reprodução social, o que implica na despolitização da questão social, à medida que a moralizamos a responsabilizamos os indivíduos, mais precisamente as mulheres (CISNE, 2015a, p.65).

Outro ponto de intersecção da profissão com o feminismo é que ambas são propositivas no que diz respeito ao questionamento de valores e práticas conservadoras. Daí que suas aproximações e diálogos teriam bastante a contribuir para aprofundar a área do conhecimento, a formação profissional e a prática do Serviço Social.

As Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (1996) pontuam a importância do gênero quando tratam do Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira²⁹. Das matérias básicas, sugerem diretamente as relações de gênero apenas na “Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais”, ligada diretamente ao primeiro núcleo. Mas consideramos que é questionável e que está em aberto o debate sobre sua a forma de sua abordagem.

Gradualmente, na vida real, ela já vem sendo trabalhada mais amplamente e transversal aos diversos conteúdos formativos demandados à categoria, especialmente no que condiz à análise da formação e da intervenção profissional que se darão em relações sociais estruturadas pelas relações de gênero e à análise da profissão propriamente.

Contudo, a abordagem da categoria gênero vem se dando muito superficialmente ou, ainda, como assinalam Souza e Veloso (2015), de forma oculta, o que quer dizer que não há um aprofundamento das implicações de gênero quando, de alguma forma, ele é tocado.

Sobre a utilização da categoria analítica gênero pelo Serviço Social, Souza e Veloso (2015, p.163) caracterizam que vem se dando

[...] para discutir as desigualdades entre homens e mulheres, enfatizando a condição subordinada destas últimas na sociedade. Tal categoria é também utilizada para refletir a respeito de determinados fenômenos sociais (como violência, trabalho, saúde, cidadania, movimentos sociais, família, etc), tendo por objetivo a elaboração de propostas que visem à melhoria das condições de vida das mulheres por meio da formulação e da implantação de políticas públicas e ela destinadas.

²⁹Tal núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, com todos seus nuances. As Diretrizes dividem a formação profissional em mais dois núcleos, a saber: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

Também esboçam um panorama da abordagem da categoria gênero no Serviço Social relacionada a outras categorias na produção de conhecimentos entre as décadas de 1980 e 1990. Da relação patriarcado capitalismo e divisão sexual do trabalho, observam que, apesar de haver muitas referências ao primeiro, não necessariamente há sua articulação ao capitalismo, sendo referido isoladamente. Assim sendo, apontam como relevante aprofundar essas categorias nesta pesquisa. Quanto às abordagens de gênero como papel social (papeis masculino e feminino), pontuaram que essa forma de interpretação não levanta questões de poder e desigualdade, pois sua ideologia encobre as práticas materiais e sociais opressivas que sustentam as relações de gênero – daí afirmam que é preciso se conhecer as formas pelas quais o gênero estrutura as relações sociais, sem focar apenas nas suas expressões.

Dias (2014) realizou uma pesquisa que objetivou mapear o estado da arte sobre gênero no Serviço Social a partir de levantamento sobre as matrizes curriculares dos cursos de graduação de 31 Instituições de Ensino Superior (IES), em 2013, bem como análise de dados dos anais dos principais eventos político-científicos da profissão (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS e Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS) e artigos de revistas da área (Serviço Social e Sociedade e *Katálysis*). Verificou que somente em 6 instituições a disciplina sobre relações de gênero é obrigatória³⁰, em outras 10 a temática de gênero aparece em disciplina eletiva³¹ e no restante não há nada relacionado na grade curricular. Concluiu que os estudos de gênero vêm se dando em três aspectos: as relações de gênero no cotidiano profissional, com características e dinâmicas a ele relacionadas; limitação à apresentação e discussão de experiências de execução relacionadas ao gênero; fragilidades nas discussões de gênero que envolvem o processo de formação profissional.

Lima (2012) realizou um levantamento em 2011 acerca do ensino das disciplinas, grupos de estudo e pesquisadores ligados ao gênero nos cursos de Serviço Social presenciais no Brasil, abrangendo 32 universidades públicas e privadas das cinco regiões do país. Constatou-se em torno de 3 a 4 pesquisadores e um grupo de pesquisa por universidade sobre a temática de gênero. Ainda demonstrou que, apesar da temática de gênero ter se expandido na profissão, ainda se faz necessário avançar mais no processo de formação das/os estudantes, já que as discussões têm se dado em disciplinas eletivas e, por vezes, somente ao final do curso.

³⁰ São elas: UFMT/DF, UnB/DF, Emescan/ES, UFF/RJ, UFRJ/RJ;PUC/RS.

³¹ As instituições são as seguintes: FUFSE/SE, Ufal/AL, UFMA/MA, UFPE/PE, UFRN/RN, Ufam/AM, UFPA/PA, Ufes/ES, Uerj/RJ E UFSC/SC.

Dessa forma, fez proposições para os cursos de graduação em Serviço Social:

- A temática de gênero deve se dar em forma de disciplina obrigatória e no momento de ingresso dos discentes no estágio obrigatório;
- A temática de gênero deve incorporar mais efetivamente discussões relacionadas à etnia/raça, diversidade sexual e questões éticas;
- A temática de gênero deve se dar também transversalmente, nas diversas disciplinas do curso, relacionando tal temática com as demais. (LIMA, 2012, p.14).

É possível dialogarmos em torno da possibilidade dos apontamentos da pesquisadora. Para buscar sua efetivação, devemos recorrer à realidade da formação profissional, primeiramente investigando a existência da abordagem de gênero, para, após, buscar proposições visando dar o trato necessário, urgente e analítico às relações sociais de gênero na profissão.

5 O ESTUDO DE GÊNERO NA GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS DA REGIÃO SUL BRASILEIRA: ELEMENTOS PARA UMA PROBLEMATIZAÇÃO

Neste último capítulo, pretendemos apresentar elementos sobre a expansão dos cursos de Serviço Social nas universidades públicas federais da região sul no período recente e refletir sobre o ensino de gênero nos cursos abordados a partir dos dados que levantamos das disciplinas dos seus currículos.

5.1 A EXPANSÃO DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS DA REGIÃO SUL

Para realizar o que nos propomos, um estudo sobre os currículos dos cursos de Serviço Social das universidades federais da região sul com vistas à verificação da abordagem de gênero no tocante ao ensino acadêmico, abordaremos brevemente o contexto universal e as particularidades sócio-históricas de conformação desses cursos. Para tanto, daremos ênfase para a criação, assim como para os principais elementos dos cursos das seguintes instituições: UFSC, UFSM, UNIPAMPA, UFPR, UFRGS e UNILA. De antemão, afirmamos que todos ofertam ensino presencial.

De forma geral, as circunstâncias de surgimento de tais cursos estão em consonância com a conjuntura de expansão do ensino superior brasileiro ocorrido no último período. Devido aos limites deste trabalho, não trataremos da trajetória histórica das universidades brasileiras³². Nosso foco é o contexto da recente reforma universitária ocorrida no Governo Luís Inácio Lula da Silva, com medidas de expansão do ensino superior e reformulações no sistema educacional, dentre as quais citamos: Financiamento Estudantil do Ensino Superior (FIES), Programa Universidade para Todos (PROUNI), Sistema de Seleção Unificada (SISU), a Lei de Cotas nas Instituições Federais e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI).

Como estratégia de ação para implantar as mudanças estruturais necessárias, a expansão da educação superior foi concebida em três etapas. A Fase I, que abrange o período de 2003 a 2007, teve como principal meta interiorizar o ensino superior

³² Sobre isso, ver trabalho de Fávero (2006), denominado “A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968”.

público federal. Por sua vez, o período entre 2008 a 2012, no qual foi implantada a Fase II, foi marcado pela execução do Reuni. Finalmente, em sua terceira Fase, a expansão da educação superior caracteriza-se pela continuidade das propostas anteriores e a sua complementação com iniciativas específicas de desenvolvimento regional (BRASIL, 2015, p.35).

Conforme Iamamoto (2015), nos últimos governos, a política para o ensino superior tem tido convergência com uma lógica mercantil e empresarial, fomentando a privatização, cujo aprofundamento foi acelerado a partir do Governo Fernando Henrique Cardoso. No âmbito do Serviço Social, houve repercussões neste período, comentadas por Pereira:

[...] Entre 1995 e 2002, foram criados mais de 50 (cinquenta) cursos, sendo 90% através da iniciativa do setor privado. Da totalidade dos cursos de Serviço Social criados, somente 15 (quinze) assim o foram inseridos em ambientes universitários, expressando claramente a política de Estado, durante os governos Cardoso, de expansão do ensino superior via ensino privado (DAHMER, 2010, p.325).

A política para o ensino superior possui nítida subordinação às diretrizes dos organismos internacionais, como o que consta no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2006, do Banco Mundial³³. Duas das principais formas de sua materialização na realidade brasileira são pela regulamentação do Ensino à Distância para todos os níveis de ensino, em 2006, com a instituição da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e pelo estabelecimento do FIES, o que abriu lastro para o crescimento desmedido dos setores - ou mercados - do ensino privado, os ditos “tubarões do ensino”³⁴.

Desse modo, as reformas na educação do Governo Lula podem ser consideradas uma continuidade da política do anterior governo, bem como, em grande medida, “[...] além de manter, aprofunda o padrão de dependência da educação superior aos ditames do capital”. Contudo,

[...] no caso brasileiro, a tradição universitária e dos espaços intelectuais, sempre houve o predomínio dos modelos e soluções importados e inadequados à nossa realidade.

³³ “O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2006, do Banco Mundial, é explícito: a meta é a *equidade*, entendida enquanto igualdade de oportunidades de forma que respeite as liberdades individuais, bem como o papel do mercado na alocação de recursos (IAMAMOTO, 2015, p.434).

³⁴ Conforme notícia do ANDES (“Kroton compra Estácio e amplia cartel do ensino privado”), em 2016, “[...] o grupo de educação superior privada Kroton confirmou a compra do grupo Estácio, em uma operação avaliada em R\$ 5,5 bilhões.

[...] A Kroton, uma das maiores empresa da área no mundo, tem 1,01 milhão de estudantes matriculados no Brasil, enquanto a Estácio, segunda maior empresa do ramo no país, tem 588 mil. De acordo com o jornal Folha de São Paulo, apenas no primeiro trimestre de 2016, a Kroton teve lucro de R\$ 1,7 bilhão e a Estácio de R\$ 793 milhões. A Kroton tem quase 60% dos seus alunos presenciais matriculados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e também concentra 40% das matrículas de Ensino à Distância (EAD) do país”.

[...] O legado da dependência cultural no modelo de Universidade, constitui um componente fundamental para compreender a sua adesão espontânea e de consenso (não sem conflito), às reformas educacionais importadas, principalmente, na conjuntura da globalização contemporânea (FONSECA, 2013, p.128).

Porém se o mercado ganhou com essas reformas, a sociedade brasileira, principalmente quem mais sofre com os ditames desse mesmo mercado, também vem presenciando avanços históricos. Desse modo, pontuamos que a análise dessa expansão implica em ponderar muitos elementos, o que também não é nosso foco. Mas considerando o conjunto da conformação das universidades no país, necessitamos afirmar, com todas as críticas, que essas medidas também cumpriram com uma política de democratização e ampliação históricas do ensino superior, inserindo segmentos que pouco ou nada o acessavam. Para tal, tem muita importância a instituição do REUNI, o qual ancorou-se em seis diretrizes para desenvolver suas ações, sendo estas:

- I - aumento do número de matrículas, por meio da redução das taxas de evasão, da ocupação de vagas ociosas e do aumento da oferta de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos flexíveis, baseados no aproveitamento de créditos e na circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III – revisão da estrutura acadêmica, por meio da reorganização dos cursos de graduação e da atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil;
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2015, p.37).

O REUNI possui relação direta com a criação dos cursos da UFGRS e da UFSC. Os cursos da UNIPAMPA e da UFPR foram anteriores a ele e o da UNILA, posterior.

O Curso mais antigo de Serviço Social em universidade pública federal da região sul é o da UFSC, de Florianópolis, datado de 1958, conformado no início como Faculdade de Serviço Social, sendo vinculada de forma isolada à universidade (UFSC, 2013). Foi produto da articulação das entidades sociais (filantrópicas, patronais e confessionais) e teve o SESI e o SESC como grandes incentivadores, já que necessitavam de assistentes sociais no estado (Ibid.).

A Faculdade, de natureza laica, vinculada a uma Mantenedora que integrava sociedade civil, governo e classes patronais, mantinha, em seu Regimento, artigos que ancoravam a formação profissional à Doutrina Social da Igreja, característica esta quase universal no Serviço Social Brasileiro (GERBER, 2009, p. 139 apud UFSC, 2013, p.25).

Somente em 1980 houve a integração do Curso à UFSC, passando desde então por algumas atualizações curriculares, sendo que seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) mais recente é de 2013 (Ibid.). Hoje está vinculado ao Centro Socioeconômico e possui Programa de Pós-Graduação desde 2001, com a criação do Curso de Mestrado e, em 2011, com o Curso de Doutorado. Contando sempre com suas atividades em período diurno, passa, a partir de 1998, a ter também funcionamento noturno, com período de conclusão previsto com tempo mínimo de oito semestres, com uma carga horária de 3.600 horas-aula.

Seguindo a ordem cronológica de criação, temos o Curso de Serviço Social da UFPR, parte do Setor Litoral³⁵, na cidade de Matinhos, instituído em 2006,

[...] de modo a atender científica e tecnicamente ao contexto de desigualdade social próprio da região. A realidade sócio-econômica dos sete municípios litorâneos é determinada pelo conjunto de relações sociais, políticas, econômicas e culturais próprias do desenvolvimento histórico da região. O Litoral do Paraná foi a primeira região do Estado a ser colonizada. Apesar da longa data, a localidade apresenta-se economicamente deprimida sendo, na atualidade, uma das regiões mais pobres do Estado (UFPR, 2010, p.14).

Atualmente, passa por transição de currículos mediante Plano de Adaptação Curricular, possuindo dois Projetos Pedagógicos vigentes: o de 2010 e o de 2014³⁶, os quais prevêem como carga horária, respectivamente, 3.430 horas e 3.000 horas. O curso acontece noturnamente, com previsão de duração mínima para oito semestres.

O Curso da UNIPAMPA - Campus São Borja³⁷ também foi estabelecido em 2006 e seu mais recente PPC é datado de 2016. “A criação de um Curso de Serviço Social justificou-se inicialmente pela necessidade de criação do primeiro curso público de Serviço Social instituído por uma Universidade Pública Federal do Rio Grande do Sul” (UNIPAMPA, 2016,

³⁵ A UFPR é constituída em 2005 no litoral do estado, visando contribuir com o desenvolvimento sustentável da Região Litorânea e dos municípios paranaenses do Vale do Ribeira, sendo que o Litoral evidencia a presença de diferentes expressões da questão social, com expressivo empobrecimento de significativa parcela de suas populações urbanas e do campo (UFPR, 2014).

³⁶ A Resolução nº 021/15 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão fixa-o como Currículo Pleno.

³⁷ “A presença da UNIPAMPA é fundamental para o desenvolvimento sustentável de regiões periféricas brasileiras, tendo em vista que as atividades de ensino, pesquisa e extensão contribuem com a melhoria da qualidade de vida da população, ao proporcionar a problematização e a intervenção nas demandas da comunidade e o aproveitamento das potencialidades locais. Portanto, uma das justificativas da criação e implantação da Universidade nessa região está ligada ao reconhecimento e a importância da educação como processo formativo e transformador na vida dos seres humanos e como um dos pilares para o desenvolvimento político-econômico, sociocultural e educacional de regiões de fronteira, como a Metade Sul do Rio Grande do Sul. Assim, a UNIPAMPA amplia o acesso à educação e favorece o desenvolvimento das potencialidades econômicas, sociais e culturais da metade sul do Estado do Rio Grande do Sul” (UNIPAMPA, 2016,p.10).

p.28-29). Está estruturado para ser integralizado em oito semestres, com carga de 3.180 horas-aula e funcionamento diurno.

A implantação do Curso de Serviço Social da UNIPAMPA, assim como das demais universidades públicas federais do RS criados posteriormente, vai na contramão da hegemonia de 61 anos dos cursos privados de Serviço Social no RS³⁸. Para que isso se concretizasse, Villar (2015) reforça quão determinante foi a rede federal de expansão, diversificação e interiorização das instituições de educação superior iniciada em 2003 no Brasil e complementada com o REUNI, em 2007, que tinha como finalidade contribuir para alcançar uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001, que apontava a necessidade de chegar ao percentual 30% de jovens de 18 a 24 anos com acesso a educação até o ano de 2010.

Nesse sentido, “[...] é importante ressaltar que o Reuni foi um impulso decisivo para o restabelecimento do papel do Estado de indutor da expansão do ensino superior pela rede pública, o que amplia as condições para reverter a atual característica de predominância de matrículas no setor privado” (BRASIL, 2012, p.29).

Já o Curso de Serviço Social da UFRGS foi criado em 2009, vinculado ao Instituto de Psicologia, após a universidade aderir ao REUNI.

A proposta de criação do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul vem preencher uma lacuna importante nas áreas de formação em Ciências Humanas e Sociais na UFRGS sendo que o referido curso está implantado na maioria das Universidades Federais e seus profissionais vêm prestando ao país serviços relevantes nas áreas tanto do Serviço Social quanto das Políticas Sociais (UFRGS, 2008, p.09)

Possui carga horária de 3.060 horas e tem funcionamento noturno, recomendando tempo mínimo de realização em oito semestres (UFRGS, 2008). Seu PPC data de 2008. Desde 2016, possui Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social, com o Curso de Mestrado.

Na UFSM, o Curso foi concebido em 2009, também a partir do REUNI, como proposição do Departamento de Ciências Sociais,

[...] compreendendo que a formação deste profissional em muito contribuirá para o desenvolvimento humano e desenvolvimento social da região, notadamente pela peculiar e imprescindível área de atuação em que se constitui esta área do conhecimento e campo profissional. Acredita-se que as demandas sociais locais,

³⁸ Sobre os 61 anos de hegemonia dos cursos privados no estado, seja na modalidade de ensino presencial, seja à distância, ver trabalho de Villar (2015).

regionais e nacionais impõem o investimento institucional nesta área de conhecimento e de formação profissional (UFSM, 2010, não paginado).

Está alocado no Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH), na cidade Universitária, em Santa Maria. É norteado por um PPC de 2010 (mesmo ano em que recebeu sua primeira turma), o qual vem sendo reformulado³⁹. Mantém suas atividades no período da noite e é concebido para ter 3.000 horas, com previsão de duração de 9 semestres (UFSM, 2010).

O Curso mais recente da região é o da UNILA: criado em 2015, sob responsabilidade do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP), com PPC de 2014. Surgiu visando “[...] atender a necessidade de formação de profissionais e pesquisadores capazes de atuar criticamente no contexto da realidade social latino-americana como um todo e, em particular, no contexto da realidade da Tríplice Fronteira” (UNILA, 2014, p.09). Seu turno de funcionamento é à noite, com tempo mínimo de integralização em 10 semestres, conformando uma carga horária de 4.080h/a.

O quadro que segue sintetiza em ordem cronológica a criação dos cursos de Serviço Social da região sul, juntamente com as informações que julgamos pertinentes:

Quadro 1 – Algumas informações sobre os cursos de Serviço Social da Região Sul

Universidade	Ano criação	Ano PPC (atualizado)	Turno	Carga horária	Tempo mínimo integralização (em semestres)
UFSC	1958	2013	Diurno/noturno	3.600	8
UFPR	2006	2014	Noturno	3.000	8
UNIPAMPA	2006	2016	Diurno	3.180	8
UFRGS	2009	2008	Noturno	3.060	8
UFSM	2009	2010	Noturno	3.000	9
UNILA	2015	2014	Noturno	4.080	10

Fonte: Sistematização elaborada pela autora com base nos PPCs dos cursos, 2017.

³⁹ Informações fornecidas pela Secretaria de Curso.

Um dado interessante é que a região sul foi a que mais expandiu suas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) de 2002 a 2014, passando de 6 para 11, totalizando 83% de crescimento (BRASIL, 2015). Esse panorama mais geral certamente influencia na particularidade de criação e expansão dos cursos de Serviço Social nas universidades públicas federais, demonstrado pela amostra que trabalhamos, em que, de 6, apenas um não foi criado neste contexto. Neste sentido, Lima (2013) demonstra a ampliação de vagas discentes nos cursos de graduação em Serviço Social da Região Sul entre os anos de 2006 e 2010 (quadro 3):

Quadro 2 - Ampliação de vagas discentes nos cursos de graduação em Serviço Social da Região Sul no período 2006-2010

Universidade Federal	Cidade	Vagas por ano/turno	Total por ano				
			2006	2007	2008	2009	2010
UFPR	Matinhos	2006/2009: 30 vagas/diurno	30	30	30	30	0
UFRGS	Porto Alegre	2010: 30 vagas/noturno	0	0	0	0	30
UFSC	Florianópolis	2006/2010: 80 vagas/diurno e 60 vagas/noturno	140	140	140	140	140
UFSM	Santa Maria	2010: 50 vagas/noturno	0	0	0	0	50

Fonte: LIMA (2013, p.262).

Assim sendo, pudemos observar, fundamentalmente, que a expansão recente dos cursos de Serviço Social nas universidades públicas federais da Região Sul, bem como que seu desenvolvimento majoritariamente em período noturno são características relevantes de constituição da amostra que nos propusemos a analisar.

5.2 O ESTUDO DE GÊNERO NO ENSINO DA GRADUAÇÃO

Aqui, pretendemos discutir o estudo de gênero no ensino da graduação em Serviço Social nos cursos da região sul. Para tal fim, priorizamos o levantamento das disciplinas que contivessem a categoria gênero, seja em seu enunciado, seja na sua ementa e/ou objetivos e as analisamos à luz do arcabouço teórico apresentado nos itens anteriores e do contexto de constituições dos cursos.

Especificamente relacionadas ao gênero, localizamos sete disciplinas em cinco universidades, todas de caráter eletivo⁴⁰, as quais seguem dispostas juntamente à universidade a que pertencem, além da proposta de suas ementas e/ou seus objetivos⁴¹ (quadro 4).

Quadro 3 – Disciplinas específicas de gênero e suas ementas⁴²

(continua)

Disciplina e universidade vinculada	Ementa e/ou objetivos
Serviço Social e Gênero UNILA	Estudo e investigação de temas contemporâneos vinculados às expressões da Questão Social: a questão de gênero. Serviço Social e relações de gênero. Relações de gênero na América Latina contemporânea e expressões da questão social
Serviço Social e Gênero UFSC	Construção social das relações de gênero. História do movimento feminista. Perspectivas teóricas presentes na construção dos conceitos de gênero. Sexualidade, raça e etnia e classe social. Serviço Social e relações de gênero. Gênero e políticas públicas.
	Apreender o processo de construção social

⁴⁰ No novo currículo da UFSM, a disciplina será obrigatória.

⁴¹ Priorizamos a utilização da ementa, porém, em sua ausência, utilizamos os objetivos da disciplina.

⁴² Todas as disciplinas que dispuserem suas propostas completas nos materiais analisados estarão anexadas ao fim do trabalho.

<p>Gênero, Políticas Sociais e Serviço Social UFSM</p>	<p>do gênero; compreender a discriminação positiva de gênero na formulação das políticas sociais; identificar as conquistas e os desafios no contexto das políticas sociais para os gêneros e os transgêneros na realidade brasileira; abordar a dimensão interventiva do Serviço Social, nas expressões da questão social, com recorte de gênero.</p>
<p>Antropologia, Gênero e sexualidade UFSM</p>	<p>Capacitar os alunos nos conceitos básicos que casam os estudos de gênero e sexualidade nas Ciências Sociais em geral e na Antropologia em específico; Discutir as transformações das masculinidades ao longo do último século, principalmente depois que este campo de estudo ganha destaque nas Ciências Sociais; Perceber a relevância das feminilidades como impulsionadoras de novas abordagens teórico-metodológicas na compreensão de uma pluralidade social e sócio-cultural contemporânea; Estudar as principais vertentes das homossexualidades e sua relação com as masculinidades e feminilidades, bem como com os novos movimentos sociais, e os direitos sexuais e reprodutivos, em pauta hodiernamente; Problematizar o conceito de vulnerabilidade na sociedade contemporânea, não apenas no âmbito das patologias, mas na dimensão de tudo aquilo que foge a certa norma ou padronização pactuada socialmente; Analisar o impacto na AIDS nas discussões de gênero e sexualidade e como se deu o avanço destes</p>

	estudos na Antropologia.
UFSM - Estudos de Gênero UFSM	Conceituar e trabalhar com os conceitos de gênero e patriarcado; Identificar relações de gênero imbricadas nas relações sociais propriamente ditas; Identificar as diferentes correntes teóricas feministas.
Relações de gênero UNIPAMPA	As relações de gênero enquanto construções sociais. As principais abordagens teóricas do conceito de gênero: estruturalismo, marxismo e pós-estruturalismo. Gênero, sexualidade e identidade. As políticas sociais e a questão de gênero.
Antropologia V: Família: Gênero e Parentesco UFRGS	Teorias antropológicas sobre família, gênero e parentesco e a análise de etnografias em diferentes contextos.

Fonte: Sistematização elaborada pela autora, 2017.

Podemos observar que apenas três disciplinas de cursos distintos propõem a discussão associada ao Serviço Social, possuindo em comum a proposta de relacionar este e as relações de gênero. Entretanto, enfatizam aspectos diferentes. Uma aborda o gênero a partir das expressões da questão social; outra traz a afinidade do gênero com o movimento feminista, as diversas perspectivas teóricas do conceito, priorizando a que articula sexualidade, raça/etnia e classe social, também passando por sua relação com as políticas públicas; já outra tem nítido foco para o gênero e as políticas sociais, também o relacionando às expressões da questão social. Logo, dois elementos se repetem, ao menos em duas disciplinas, sendo estes: as expressões da questão social e as políticas públicas/sociais.

Destas disciplinas, podemos inferir que apenas a da UNILA tem relação com a teoria crítica por centrar seu foco nas relações de gênero e as expressões da questão social,

considerando que o Serviço Social possui como orientação hegemônica a tradição marxista. Mesmo que tenham aparecido em apenas uma das disciplinas articuladas ao Serviço Social, enalteçamos os seguintes temas: a perspectiva consubstancial e coextensiva (não denominadas com essa nomenclatura nos currículos, mas propostas dessa forma) das relações sociais de gênero, classe e “raça; diferentes perspectivas de gênero; movimento feminista.

Consideramos extremamente relevante que o Serviço Social esteja se abrindo para a consideração da mediação do gênero ao tratar da questão social, pois é indiscutível que suas expressões têm nítidos rebatimentos das relações sociais de gênero. Nesta baila, inclusive, o próprio conceito cristalizado de questão social na profissão pode – e deve – ser ampliado, de acordo com as novas configurações sociais do atual estágio do capitalismo. Como resultados, poderemos aprofundar os instrumentais para a realização do exercício profissional, de forma que se tornem mais coerentes com a realidade que se apresenta marcada também pela opressão-exploração das relações sociais de gênero.

Ao mesmo tempo, ressaltamos a abordagem das políticas públicas/sociais para captar a transversalidade de gênero contida nestas, não só porque o Serviço Social vai operacionalizá-las, mas também porque a categoria deve contribuir para aprimorá-las, até mesmo fazendo a crítica ao seu foco na “equidade de gênero”. Esta que se pauta hegemonicamente por uma perspectiva pós-moderna ao propor políticas que vêm basicamente na cultura o problema do gênero, bastando alterá-la para mudar a condição das mulheres, ou então sugerindo ações que aumentem a auto-estima e “empoderem”, como se apenas isso fosse mudar substancialmente a vida das mulheres.

Ainda que contribua para muitos avanços, quem mais ganha indiscutivelmente com um “empoderamento” individual, que tem na sua base a aquisição de uma infinidade de “produtos de beleza”, de lançamentos da moda, de cirurgias plásticas, de medicamentos diversos etc? Para defender quais interesses os (as) teóricos (as) das agências de cooperação internacional, de instituições governamentais e de organismos multilaterais difundiram essa concepção de gênero, que é também a mais utilizada na formulação de políticas sociais: de segmentos que são minoria política na sociedade ou para manter a hegemonia de certo capital?

A disciplina da UNIPAMPA, embora não proponha discussão diretamente com referência ao Serviço Social, é ofertada pelo curso e trata sobre as principais abordagens teóricas do conceito de gênero e as políticas sociais. Propõe, ainda, o tratamento do gênero relacionado à sexualidade e à identidade. No que diz respeito especialmente à última categoria, possui vinculação com a abordagem pós-estruturalista.

Das demais disciplinas que não possuem relação direta com o Serviço Social, observamos uma gama de temas articulados ao gênero: Antropologia, sexualidade, identidade, novos movimentos sociais, patriarcado, feminismo, distintas abordagens teóricas do conceito, família, políticas sociais. Importa ressaltar que essas não são ofertadas pelos cursos e/ou departamentos de Serviço Social.

Ao verificar as disciplinas que abarquem a categoria gênero apenas em suas ementas e/ou objetivos, encontramos as dispostas abaixo no quadro 5:

Quadro 4 – Disciplinas que possuem relação com gênero

(continua)

Disciplina e universidade vinculada	Ementa e/ou objetivos	Caráter
Antropologia Social I UFSC	Fornecer aos estudantes do Curso de Serviço Social uma perspectiva antropológica sobre cultura, com o intuito do desenvolvimento de um olhar crítico e reflexivo acerca das relações humanas, problematizando temas circunscritos nessa discussão, tais como: etnocentrismo, relativismo, diversidade cultural, relações de gênero, identidade, religião, conflito, violências, cultura urbana.	Obrigatória
Questão social na América Latina II UNILA	Processos do capitalismo contemporâneo que agudizam as expressões da questão social na América Latina. O debate sobre a questão racial, de classe, indígena e de gênero no capitalismo dependente da atualidade. Violência, criminalização da pobreza e serviço social na América Latina.	Obrigatória

<p>Diversidade e Desenvolvimento Humano UFRGS</p>	<p>Estudo das desigualdades étnico-raciais e de gênero, diversidade cultural, violência e exclusão social, conseqüências do bullying, preconceito e discriminação no contexto escolar, institucional e social.</p>	<p>Eletiva</p>
<p>Identidades culturais UNIPAMPA</p>	<p>Analisar questões étnico-raciais, família, gênero e violência na cultura brasileira.</p>	<p>Obrigatória</p>
<p>Estado, Classes e Movimentos Sociais UNIPAMPA</p>	<p>O Estado Ampliado no sistema capitalista. A contra-reforma do Estado. Classe Social, consciência de classe e lutas de classes. Organização da classe trabalhadora e emancipação política. Questão Social e Movimentos Sociais. Movimentos sociais e a transversalidade de classe, relações de gênero e questões étnico-raciais. Novos Movimentos Sociais. O trabalho do(a) assistente social nas organizações da classe trabalhadora.</p>	<p>Obrigatória</p>
<p>Educação e diversidade UNIPAMPA</p>	<p>A diversidade como constituinte da condição humana. Diversidade e relações de gênero. A cultura como universo simbólico que distingue os diferentes grupos humanos. A diversidade étnico-racial com ênfase nas histórias e culturas dos povos indígenas e africanos. A diversidade na formação da cultura brasileira. A diversidade social e as desigualdades econômicas. A educação como catalisadora e expressão das diversidades.</p>	<p>Eletiva</p>

Participação Popular, Controle Social e Movimentos Sociais UNIPAMPA	A participação popular na sociedade capitalista. O controle social democrático na área das políticas públicas. Movimentos sociais e a transversalidade de classe, relações de gênero e questões étnico-raciais. Novos Movimentos Sociais.	Eletiva
---	---	---------

Fonte: Sistematização elaborada pela autora, 2017.

Das sete encontradas, três têm caráter eletivo e quatro, obrigatório, sendo que quatro dessa totalidade são de um mesmo curso, o da UNIPAMPA. As temáticas que mais se destacaram de forma geral compreendem: diversidade, novos movimentos sociais, reconhecimento da questão de gênero no capitalismo dependente da atualidade, consubstancialidade e coextensividade das relações sociais de gênero, classe e étnico-raciais.

Ao analisar as disciplinas obrigatórias, verificamos que há algumas aproximações nas abordagens. A de “Antropologia Social I” (UFSC) e “Identidades Culturais” (UNIPAMPA) convergem para uma abordagem que associa gênero e cultura. As disciplinas “Questão social na América Latina II” (UNILA) e “Estado Classes e Movimentos Sociais” (UNIPAMPA) se aproximam na medida em que apontam a questão social e o Serviço Social.

Destas, três nos chamaram bastante a atenção por possuírem propostas bastante abrangentes e densas. Será que, ao imergir a categoria gênero em disciplinas com esse cunho, é possível dar conta de seu estudo? Em contrapartida, a variedade de possibilidades de sua utilização só reforça o quão estruturantes são as relações que esta conceitua, da mesma forma que representa, como lembra Moreira et al (2006), um tema transversal ao conteúdo da formação profissional.

Sobre o caráter e a quantidade de disciplinas que contenham a categoria gênero ou no seu enunciado ou na sua ementa e/ou nos objetivos em cada curso, segue sistematização no quadro abaixo (quadro 5):

Quadro 5 - Caráter e quantidade de disciplinas que contenham a categoria gênero ou no seu enunciado ou na sua ementa e/ou nos objetivos em cada curso

(continua)

Curso	Disciplinas	Caráter
-------	-------------	---------

UFPR	0	-
UFRGS	2	Eletivas
UFSC	2	1 eletiva 1 obrigatória
UFSM	3	Eletivas
UNILA	2	1 eletiva 1 obrigatória
UNIPAMPA	5	3 eletivas 2 obrigatórias

Fonte: Sistematização elaborada pela autora, 2017.

Chamou-nos a atenção que um dos cursos não prevê o estudo de gênero em nenhuma das disciplinas do seu currículo. Por outro lado, o curso da UNIPAMPA se destacou por possuir cinco disciplinas que trazem a categoria gênero, sendo que, destas, duas são obrigatórias. Lembramos que este possui o PPC mais atual (2016) em relação ao restante.

Ademais, os resultados levantados vão ao encontro de principalmente dois aspectos apresentados na pesquisa de Dias (2014): 1) quando detecta que, quando há disciplinas sobre relações de gênero, estas aparecem majoritariamente com caráter eletivo, porém, de forma geral, não há disciplinas diretamente relacionadas ao gênero; 2) ao demonstrar as fragilidades nas discussões de gênero que envolvem o processo de formação profissional.

Também convergem com o resultado do levantamento realizado por Lima (2012), que demonstra que as disciplinas que possuem relação com gênero nos cursos de Serviço Social presenciais brasileiros são geralmente eletivas, apontando, ainda, para a necessidade de avançar no processo formativo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao “fim” deste percurso de pesquisa com respostas que, talvez, mais fomentem outras perguntas que dêem certezas. São, portanto, respostas inacabadas e bastante limitadas para as ferramentas que aqui dispusemos. No entanto, inquestionavelmente, agora possuímos maiores subsídios para discutir como os cursos de Serviço Social das universidades públicas federais da região sul vêm inserindo o estudo de gênero no ensino de graduação.

O caminho da pesquisa foi percorrido através de escolhas que visaram nos munir de materiais, a fim de nos aproximarmos à realidade delimitada. A revisão bibliográfica foi um momento crucial para firmarmos os principais pressupostos do nosso entendimento sobre a categoria gênero. Mesmo porque uma das motivações do trabalho é a constatação da pesquisadora, por vivência empírica, da insuficiência da abordagem das relações sociais de gênero durante a graduação em Serviço Social, daí que foi impulsionada a buscar muitos conteúdos que pouco ou nada estudou durante a formação. Em seguida, o trabalho com os PPCs permitiu um pouco de proximidade às singularidades dos cursos e muitas reflexões sobre a formação profissional em Serviço Social.

Adentrando o quadro teórico construído, percebemos o gênero conformado enquanto uma categoria que possui inerente associação com as características assumidas pelo movimento feminista em seu traçado histórico. Assim sendo, as discussões deste influenciam desde o surgimento daquele na academia até seu gradual prolongamento ao restante da sociedade. Nesse sentido, podemos considerar o conceito de gênero como um produto da luta feminista. Contudo, da mesma forma que existem diferentes feminismos ao longo dos tempos, também há diferentes perspectivas sobre gênero.

O contexto de consolidação da categoria converge com um momento em que um conjunto de mudanças sociais acarretará em questionamentos aos paradigmas teóricos da modernidade e suas análises macroestruturais. A perspectiva que se fortalece desde então, a

pós-moderna, também é a pioneira e a que vem hegemonizando o debate de gênero, difundindo uma análise individualista e individualizada das relações de poder entre homens e mulheres, que, ao fim e ao cabo, tende a atenuá-las. Essa situação pode implicar em retrocessos para o movimento feminista.

Por essa razão, defendemos que o gênero seja tratado a partir da abordagem marxista, concebendo-a como estruturante das relações sociais ou da totalidade social, a qual demarca, essencialmente, que relações desiguais e hierárquicas entre homens e mulheres, bem como suas condições igualmente desiguais e hierárquicas de inserção social advém de construções sócio-históricas. A perspectiva crítica das relações sociais de gênero, entendendo a relação indissociável entre teoria e prática e a necessidade de transformar a realidade, é radicalmente oposta à pós-moderna, “que preconiza a disputa restrita ao plano do *discurso e da linguagem*, demonstrando um idealismo que só pode coadunar com o *status quo*” (BEZERRA, VELOSO; p.18, grifos nossos).

Buscamos compreender a relação entre Serviço Social e a categoria gênero a partir da interlocução com o marxismo e o feminismo, atribuindo foco às discussões sobre a “marca feminina” na profissão, a questão social, as políticas sociais, o projeto profissional e a abordagem da categoria, evidenciando que a categoria é extremamente relevante para a profissão.

Demonstramos que não procede a ideia de que o marxismo não considera as relações sociais de gênero, pois mesmo que não tenha sido pioneiro na conceituação do fenômeno, foi ao apreendê-lo no mundo, bem como seus pressupostos já orientaram e orientam ações concretas para combater as desigualdades dessas relações. Logo, afirmamos que articular marxismo e gênero é conceber o gênero como estruturante da totalidade social, se lincado a outras categorias, como classe, “raça”, patriarcado, divisão sexual do trabalho. Do mesmo modo, refutamos que todo movimento feminista atual seja “identitarista”, afirmando que pode ser classista desde que não perca do seu horizonte e da sua prática cotidiana a projeção de superação do sistema capitalista e patriarcal.

A contextualização dos cursos de Serviço Social das universidades públicas federais da região sul nos permitiu apresentar sua base comum, com exceção do curso do UFSC: as circunstâncias de seus surgimentos estão em consonância com a conjuntura de expansão do ensino superior brasileiro ocorrido no último período. A análise de seus currículos à luz do ensino de gênero, relacionada ao arcabouço teórico, trouxe importantes elementos.

Com base no que foi levantado e em estudos anteriores similares, podemos inferir que o ensino sobre as relações sociais de gênero nestes cursos, quando existe, ou se materializa

como disciplina eletiva, ou diluído em outras temáticas. Em ambos, vimos muitas limitações. No primeiro caso, devido ao seu caráter, não há garantias de que será ofertada pelo curso, nem que será cursada pelos (as) estudantes. No segundo, questionamos até que ponto é possível haver aprofundamento sobre seu estudo quando há propostas demasiadamente amplas.

É importante considerarmos que os cursos que nos dispusemos a analisar são, de forma geral, relativamente novos e resultado da recente expansão da formação em Serviço Social nas universidades públicas federais, logo, possuem currículos formulados também recentemente, num período em que o debate de gênero adquire ampla difusão. Apesar disso, esta categoria não vem sendo incorporada na formação profissional como categoria histórica, política e analítica, fundante da totalidade social, perspectiva defendida aqui. Dessa forma, os resultados sugerem que sua centralidade ainda não é consenso no Serviço Social, bem como que sua abordagem se dá por diversas perspectivas teóricas.

Associado às diversas abordagens encontradas, assinalamos dois motivos principais: a perspectiva em relação a qual está sendo trabalhada e o reforço do caráter transversal da categoria. Quanto àquela, não nos parece que a perspectiva é, em maioria, a crítica. Esta que tem acordo com o projeto ético-político do Serviço Social, assim como consideramos ser a mais coerente, no entanto não é a que hegemoniza essa discussão. Parece-nos que quem se desbrava a estudar gênero nessa perspectiva crítica, enfrenta preconceitos não só por parte da perspectiva que hegemoniza, mas pelos marxismos que não conseguem entender essa categoria com centralidade. Dessa forma, esforçamo-nos em fazer esse diálogo teórico, todavia sabemos que se faz pertinente e urgente estudos que consigam aprofundar essas questões.

Como um dos principais meios para tal, apontamos a necessária aproximação com a teoria feminista e a prática feminista, isto é, com o feminismo marxista principalmente e com os movimentos feministas. Aliás, feminismo foi uma temática que quase não apareceu nos currículos.

Quanto ao caráter transversal, possui acordo com o que defendemos, que é a consideração das relações sociais de gênero como fundantes da totalidade social, por isso o motivo de poder “atravessar” todas as disciplinas. Entretanto, considerando a relevância concreta que vem se dando para categoria durante a formação profissional, é possível haver a garantia de que será trabalhada dessa forma? Por ora, talvez a transversalidade do gênero ainda seja algo ideal. Daí que uma estratégia para fortalecer sua abordagem é tornar o estudo de gênero específico e obrigatório na formação profissional. Atentamos que esse debate não

pode ocorrer sem a discussão das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, a maior referência até então para a formulação e a estruturação da formação profissional.

Reconhecemos que um dos principais limites da pesquisa foi não atingir aprofundamento do estudo da realidade do ensino de gênero na formação profissional em Serviço Social, daí que apontamos sua ampliação. Quiçá um mérito foi demonstrar a relação da categoria gênero numa perspectiva crítica com o Serviço Social, alertando que se este quiser defender e materializar seu projeto profissional com coerência, precisa, dialeticamente, aprofundar seu arsenal teórico-prático, a fim de aproximá-lo cada vez mais da realidade das relações sociais. Para tanto, é urgente considerar central a apreensão das desigualdades das relações sociais de gênero, tendo em vista a “[...] construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero (BRASIL, 2012, p.24).

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL (ABESS); CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL (CEDEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: Abess/Cedepss, 1996.

ÁLVAREZ GONZÁLEZ, Ana Isabel. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular: SOF- Sempre Viva Organização Feminina, 2010.

ALVES, Giovanni. Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho – a questão social no século XXI. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 12, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/15882/10735>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

ANDRADE, Joana El-Jaick. **O marxismo e a questão feminina**: as articulações entre gênero e classe no âmbito do feminismo revolucionário. 2011, 210 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. In: **Crítica Marxista**, nº 11. Boitempo Editorial: São Paulo, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BIROLI, Flávia. **A revolução também foi feminista**. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/08/25/a-revolucao-tambem-foi-feminista/>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

_____. O público e o privado. In: **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014. p.31-46.

_____. MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10ª ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014**. Brasília: MEC/SESU, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso em: 26 nov. 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de

Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Mary Castro. Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. **Crítica Marxista**, nº 11. Boitempo Editorial: São Paulo, 2000. p.98- 108.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS (Org.). **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

. Divisão sexual do trabalho, feminismo e Serviço Social. In: TEIXEIRA, Marlene; ALVES, Maria Elaene Rodrigues (Org.). **Feminismo, gênero e sexualidade**: desafios para o serviço social. 1. ed. Brasília: Abaré, 2015a.

. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015b.

CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. Teorias feministas: da ‘questão da mulher’ ao enfoque de gênero. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção (RBSE)**, n. 24, v. 08, 2009.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **O movimento feminista no Brasil**: dinâmicas de uma intervenção política. Revista Labrys, Estudos Feministas/Études Féministes, Brasília, v. 7, 2005.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.173-178.

DIAS, Daiana Nardino. De mulher para mulher: o debate de gênero no Serviço Social. **Revista Feminismos**, vol. 3 , n.2, maio-dez. 2015.

. **O estado da arte sobre gênero no Serviço Social**. 2014, 165 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128872/330815.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 05 out. 2017.

em:

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 2ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR.

FONSECA, Laura Regina da Silva C. M. da. **Sociedade civil, esfera pública e hegemonia**: um estudo sobre a criação da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. 2013, 246 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/550>>. Acesso em: 11 nov.2017.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. In: HIRATA, Helena et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.144-149.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991. GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 20ª ed. Edições Loyola: São Paulo: 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

. CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1996.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.67-75.

KOLONTAI, Alexandra. A mulher trabalhadora na sociedade contemporânea. In: SCHNEIDER, G. (Org.). **A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética**. 1 ed. São Paulo, Boitempo: 2017a, p. 150-159.

_____. **A nova mulher e a moral sexual**. 2 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

. Da história do movimento das trabalhadoras na Rússia. In: SCHNEIDER, G. (Org.). **A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética**. 1 ed. São Paulo, Boitempo: 2017b, p.191-201.

KROTON COMPRA ESTÁCIO E AMPLIA CARTEL DO ENSINO PRIVADO. In: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN. 14 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8229>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

KRÚPSKAIA, Nadiéjda Konstantínovna. Caminhos para a emancipação da mulher oriental. In: SCHNEIDER, G. (Org.). **A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética**. 1 ed. São Paulo, Boitempo: 2017, p.114-123.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. **O socialismo e a emancipação da mulher**. Editorial Vitória, Rio

de Janeiro, 1956. Disponível em:
 <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/soc_eman_mulher/index.htm>.
 Acesso em: 04 nov. 2017.

LIMA, Kátia Regina de Souza. O Programa Reuni e os desafios para a formação profissional em Serviço Social. **R. Katál.** Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 258-267, jul./dez. 2013.

LIMA, Rita de Lourdes de. Gênero e Serviço social. **VI Congresso Internacional de estudos sobre a diversidade sexual e gênero da ABEH**, Salvador, 2012. Disponível em:
 <http://abeh.org.br/arquivos_anais/R/R027.pdf>. Acesso em: 25 set. 2017.

LISBOA, Teresa Kleba. Feminismos, pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. In: TEIXEIRA, Marlene; ALVES, Maria Elaene Rodrigues (Org.). **Feminismo, gênero e sexualidade: desafios para o serviço social**. 1. ed. Brasília: Abaré, 2015.

. Gênero, feminismo e Serviço Social. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 13, n. 1 p. 66-75 jan./jun. 2010.

MACÊDO, Márcia dos Santos. Feminismo e pós-modernidade: como discutir essa relação? In: BONETTI, Aline; SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima e. (Org.) **Gênero, mulheres e feminismos**. Salvador, BA: EDUFBA, NEIM, 2011, p.29-52.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez. **Universidade em crise: uma travessia necessária para a formação em Serviço Social**. 2006, 220 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em:
 <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/397/1/347760.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

MARIANO, Silvana Aparecida. **O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo**. Estudos Feministas, Florianópolis, 13(3): 320, setembro-dezembro/2005, p.483-505. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/381/38114358002.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

MARICATO, Ermínia. O Estatuto da Cidade Periférica. In: BRASIL. CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Ana Claudia (Org.). **O Estatuto da Cidade: comentado**. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

MARX. Karl. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e gênero. In: HIRATA, Helena et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.222-230.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, vol. 16, n. 2, Florianópolis, 2008, p. 333-357. Disponível em:
 <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n2/03.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2017.

MIGNOLO, Walter; PINTO, José Roberto S. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 381-402, jul.-set. 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/742/74243478002/>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. A identidade e a diferença. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014a, p.79-92.

_____. A igualdade e a diferença. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014b, p. 63-77.

_____. O feminismo e a política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014c, p.17-29.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, classe e movimento social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAES, Maria Ligia Quartim de. Pós-modernismo, marxismo e feminismo. **Revista Margem Esquerda**, n. 2. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

MOREIRA, Maria Regina de Avila et al. **O lugar de gênero na formação da/o Assistente Social**. CD ROOM ENPESS, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. Coleção questões da nossa época, v. 44. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

. O Serviço Social e a tradição marxista. In: **Serviço Social e Sociedade**, n.30. São Paulo: Cortez, 1989.

OLIVEIRA, Silva Marques Dantas de. **Gênero, questão e serviço social: um olhar feminista**. 2009, 162f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. (Ed.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

PEREIRA, Larissa Dahmer. A expansão dos cursos de Serviço Social em tempos de contra-reforma do ensino superior brasileiro: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís – MA, Número Especial, p.323-331, agosto de 2010. Disponível em:

<<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/426/819>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Pereira. A intersectorialidade das Políticas Sociais na Perspectiva Dialética. In: MONNERAT, Giselle.; ALMEIDA, Ney. L. T.; SOUZA, Rosimary. G. **A Intersectorialidade na Agenda das Políticas Sociais**. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. B. de; GUIMARÃES, A. S. A. (Org.). Diferenças, igualdade. **Coleção sociedade em foco: introdução às ciências sociais**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

PRADO JR., Caio. **Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista**. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), fev.1979, seleção de textos nº 6.

PRATES, Jane Cruz. A Pesquisa Social a Partir do Paradigma Dialético-Crítico: do Projeto à Análise do Dado. In: FERNANDES, Idilia; PRATES, Jane Cruz. **Diversidade e estética em Marx e Engels**. Campinas: Papel Social, 2016.

_____. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de Inspiração Marxiana. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 2, p. 1-8, dez.2003.

. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In.: MOTTA, Rodrigo Patto Sá, REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. Movimentos sociais: face feminina. In: CARVALHO, N. (Org.). **A condição feminina**. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? **Crítica Marxista**, nº 11. Boitempo Editorial: São Paulo, 2000.

SOUZA, Vanessa Bezerra de. Gênero, marxismo e Serviço Social. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 13-31, jan./jun. 2014.

_____. VELOSO; Renato. **Gênero e Serviço Social: desafios a uma abordagem crítica**. São Paulo: Saraiva, 2015.

SCOTT, Joan. **A Cidadã Paradoxal – as feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

_____. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Recife: S.O.S. Corpo, 1991.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Projeto Pedagógico de Curso Serviço Social, Grau Bacharelado**. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Foz do Iguaçu: UNILA, 2014. Disponível em: <<https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/PPC%20-%20Servi%C3%A7o%20Social%20-%20adendo%20est%C3%A1gio%20n%C3%A3o-obrigat%C3%B3rio.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social**. Departamento de Serviço Social. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <<http://dss.ufsc.br/files/2016/05/Projeto-Pol%C3%ADtico-Pedag%C3%B3gico.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto Pedagógico de Curso Serviço Social – Bacharelado (Noturno)**. Centro de Ciências Sociais e Humanas. Santa Maria: UFSM, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social – Bacharelado**. Campus de São Borja. UNIPAMPA: São Borja, 2016. Disponível em: <http://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/rii/137/3/PPC%20Servi%C3%A7o%20Social_S%C3%A3o%20Borja.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social**. Setor Litoral. Matinhos: UFPR, 2010. Disponível em: <<http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2017/02/PPC-SS-Maio-2010.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2017.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social**. Setor Litoral. Matinhos: UFPR, 2014. Não paginado. Disponível em: <<http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2017/06/2015-Projeto-Pol%C3%ADtico-do-Curso-de-Servi%C3%A7o-Social-revisado.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

. **Resolução nº 021/15 – CEPE**. Fixa o Currículo Pleno do Curso de Serviço Social – bacharelado, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Curitiba: UFPR, 2015. Disponível em: <<http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2017/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CEPE-N%C2%BA-021-15-Curr%C3%ADculo-Pleno-de-SS.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Instituto de Psicologia. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/psicologia/graduacao/servico-social/curso-1/projeto-pedagogico-1>>. Acesso em: 15 set. 2017.

VARIKAS, Eleni. “O pessoal é político”: desventuras de uma promessa subversiva. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (Org.). **Teoria política feminista**: textos centrais. Vinhedo, Editora Horizonte, 2013.

VILLAR, Vera Lúcia C. **Formação em serviço social:** a implantação do curso em universidades públicas federais do Rio Grande do Sul. 2015, 230 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em:
<<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7357/1/000470061-Texto%2bCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

YASBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, 2009, p.125-142.

ANEXO A – SERVIÇO SOCIAL E GÊNERO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 Universidade Federal da Integração Latino-Americana
 Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política




23.3 DISCIPLINAS DO NÚCLEO ESPECÍFICO OPTATIVO


SERVIÇO SOCIAL E GÊNERO		
<i>Carga horária total:</i> 68h	<i>Carga horária teórica:</i> 68h	<i>Carga horária prática:</i> 0h
<p><i>Ementa:</i> Estudo e investigação de temas contemporâneos vinculados as expressões da Questão Social: a questão de gênero. Serviço Social e relações de gênero. Relações de gênero na América Latina contemporânea e expressões da questão social. Objetivo: Qualificar para a compreensão da problemática das relações de gênero na sociedade latini-americana contemporânea e sua relevância nas expressões da "questão social".</p>		
<p><i>Bibliografia básica:</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. COSTA, A. e Bruschini, C. (orgs.). <i>Uma questão de gênero</i>. Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos, 1992. 2. COMBES, D., Haicault, M. "Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes" in Kartchevsky, A. et alii. <i>O sexo do trabalho</i>. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. 3. GRASSI, E. <i>La mujer y la profesión de asistente social</i>. Buenos Aires: Humanitas, 1989. 1. GOLDMAN, Wendy, <i>Mulher Estado e Revolução</i>. São Paulo: Boitempo, 2014. 		
<p><i>Bibliografia complementar:</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. KERGOAT, D. "Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação", in Kartchevsky, op. Cit. 2. _____ . "Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho", in Lopes, M. J. M., Meyer, D. E., Waldow, V. R. (orgs.). <i>Gênero e saúde</i>. Porto Alegre, Artes Médicas, 1998. 3. LAURETIS, T. "Tecnologia do gênero" in Hollanda, H. B. (org.). <i>Tendências e impasses – o feminismo como crítica da cultura</i>. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. 4. SAFFIOTI, H. "Rearticulando gênero e classe social", in Costa, A. O., Bruschini, C. (orgs.). <i>Uma questão de gênero</i>. Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos, 1992. 		

Projeto Pedagógico aprovado pela Resolução COSUEN nº 55, de 12 de dezembro de 2014 e alterado ad referendum pela Resolução COSUEN nº 04, de 10 de março de 2016 e pela Resolução COSUEN nº 06, de 24 de Janeiro de 2017.


ANEXO B – GÊNERO, POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA PROGRAMA DE DISCIPLINA		
DEPARTAMENTO:			
Serviço Social			
IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA:			
CÓDIGO	NOME	(T - P)	CH
ISP1192	Gênero, Políticas Sociais e Serviço Social	(4-0)	60
OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de:			
<p>Apreender o processo de construção social do gênero; compreender a discriminação positiva de gênero na formulação das políticas sociais; identificar as conquistas e os desafios no contexto das políticas sociais para os gêneros e os transgêneros na realidade brasileira; abordar a dimensão interventiva do Serviço Social, nas expressões da questão social, com recorte de gênero.</p>			
PROGRAMA:			
TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES			
UNIDADE I – Aspectos conceituais da categoria teórica Gênero			
1.1 - Os diferentes aspectos da construção social do gênero: diferenciação sexual, identitária, subjetividade e relações de poder.			
1.2 - A contribuição das teorias feministas na conceituação do gênero e compreensão das relações de gênero.			
UNIDADE II – Gênero e Políticas Sociais no Brasil			
2.1 - Perfil atual da política social no Brasil e as questões de gênero: conquistas e desafios, na perspectiva da discriminação positiva de gênero.			
2.2 - Segmentos sociais, movimentos sociais e a formulação das políticas sociais: Feminismo e a derivação: LGBTT.			
UNIDADE III – O Recorte de Gênero e a Dimensão Interventiva do Serviço Social			
3.1 – A contribuição do Serviço Social às questões de gênero, no contexto das políticas sociais, movimentos sociais e academia.			
3.2 – Abordagens do Serviço Social: corpo, gênero, relações de gênero, sexualidade e as expressões da questão social.			

ANEXO C – ANTROPOLOGIA, GÊNERO E SEXUALIDADE

		UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA PROGRAMA DE DISCIPLINA
DEPARTAMENTO:		
CIÊNCIAS SOCIAIS		
IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA:		
CÓDIGO	NOME	(T-P)
ISP XXX	ANTROPOLOGIA, GÊNERO E SEXUALIDADE	(4-0)
OBJETIVOS		
<p>Capacitar os alunos nos conceitos básicos que cercam os estudos de gênero e sexualidade nas Ciências Sociais em geral e na Antropologia em específico;</p> <p>Discutir as transformações das masculinidades ao longo do último século, principalmente depois que este campo de estudo ganha destaque nas Ciências Sociais;</p> <p>Perceber a relevância das feminilidades como impulsionadoras de novas abordagens teórico-metodológicas na compreensão de uma pluralidade social e sócio-cultural contemporânea;</p> <p>Estudar as principais vertentes das homossexualidades e sua relação com as masculinidades e feminilidades, bem como com os novos movimentos sociais, e os direitos sexuais e reprodutivos, em pauta hodiernamente;</p> <p>Problematicar o conceito de vulnerabilidade na sociedade contemporânea, não apenas no âmbito das patologias, mas na dimensão de tudo aquilo que foge a certa norma ou padronização pactuada socialmente;</p> <p>Analisar o impacto na AIDS nas discussões de gênero e sexualidade e como se deu o avanço destas estudos na Antropologia.</p>		
PROGRAMA:		
TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES		
<p>UNIDADE 1 – Masculinidades</p> <p>1.1 – A questão de gênero e sexualidade na Antropologia: desconstruindo o natural</p> <p>1.2 – A masculinidade como norma: a cultura como construção</p> <p>1.3 – Relação entre masculinidade e heterossexualidade</p> <p>UNIDADE 2 – Feminilidades</p> <p>2.1 – Entre a rua e a Academia: o Movimento Feminista</p> <p>2.2 – Homens e mulheres: o casal igualitário</p> <p>2.3 – Sexo e Gênero: a perspectiva feminista-queer</p> <p>UNIDADE 3 – Homossexualidades</p> <p>3.1 – Para uma História das Homossexualidades Brasileiras</p> <p>3.2 – As homossexualidades na Antropologia: sociabilidade, militância e saúde</p> <p>3.3 – A diversidade de homossexualidades: diálogos possíveis</p> <p>UNIDADE 4 – Vulnerabilidade</p> <p>4.1 – O conceito de vulnerabilidade e a abordagem antropológica</p> <p>4.2 – A vulnerabilidade para além da doença</p> <p>4.3 – Gênero e Sexualidade: onde está a vulnerabilidade?</p> <p>UNIDADE 5 – AIDS</p> <p>5.1 – O olhar antropológico sobre o fenômeno AIDS</p> <p>5.2 – A AIDS e a relação com as sexualidades desviantes</p> <p>5.3 – A Antropologia e o gênero pensando um mundo pós-AIDS</p>		

ANEXO D – ESTUDOS DE GÊNERO

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA PROGRAMA DE DISCIPLINA							
DEPARTAMENTO: <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center;">CIÊNCIAS SOCIAIS</div>								
IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA:								
<table border="1"> <thead> <tr> <th data-bbox="268 703 416 745">CÓDIGO</th> <th data-bbox="416 703 1222 745">NOME</th> <th data-bbox="1222 703 1414 745">(T-P)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="268 745 416 801">ISP 1073</td> <td data-bbox="416 745 1222 801" style="text-align: center;">ESTUDOS DE GÊNERO</td> <td data-bbox="1222 745 1414 801" style="text-align: center;">(4-0)</td> </tr> </tbody> </table>	CÓDIGO	NOME	(T-P)	ISP 1073	ESTUDOS DE GÊNERO	(4-0)		
CÓDIGO	NOME	(T-P)						
ISP 1073	ESTUDOS DE GÊNERO	(4-0)						
OBJETIVOS <ul style="list-style-type: none"> - conceituar e trabalhar com os conceitos de gênero e patriarcado - identificar relações de gênero imbricadas nas relações sociais propriamente ditas - identificar as diferentes correntes teóricas feministas 								
PROGRAMA:								
TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES								
<p>UNIDADE I - Correntes Teóricas Feministas</p> <p>1.1. Do empirismo feminista às epistemologias do ponto de vista feminista</p> <p>1.2. A pós-modernidade vista através das discussões de gênero</p> <p>UNIDADE II - Alguns vínculos possíveis com relações de gênero</p> <p>2.1. Gênero e Poder</p> <p>2.2. Gênero e Patriarcado</p> <p>2.3. Gênero e Ideologia</p> <p>UNIDADE III - Gênero e Epistemologia</p> <p>3.1. O nascimento da ciência moderna - aspectos internalistas e externalistas</p> <p>3.2. Os problemas dos relatos pós-kuhnianos</p> <p>UNIDADE IV - Três Temas "clássicos" nos estudos de gênero</p> <p>4.1. Violência</p> <p>4.2. Saúde</p> <p>4.3. Educação</p> <p>UNIDADE V - Gênero e Masculinidades</p> <p>5.1. Gênero e saúde dos homens</p> <p>5.2. Gênero e envelhecimento masculino</p>								

ANEXO E – RELAÇÕES DE GÊNERO

Identificação do Componente Curricular	
Relações de Gênero	Carga horária: 60 horas
Ementa	
As relações de gênero enquanto construções sociais. As principais abordagens teóricas do conceito de gênero: estruturalismo, marxismo e pós-estruturalismo. Gênero, sexualidade e identidade. As políticas sociais e a questão de gênero.	
Objetivos	
<p>Geral: Compreender as formas de construção da identidade de gênero, dimensionando no contexto das relações de gênero e das relações de poder instituídas e instituintes na</p>	
<p>sociedade de classes, articulando os conceitos e as dinâmicas estudadas, a fim de qualificar para a compreensão das relações de gênero na sociedade brasileira contemporânea e sua relevância nas expressões da “questão social”.</p> <p>Específicos: Problematizar de acordo com campos teórico-políticos específicos, que a transformaram em categoria de análise de um conjunto de fenômenos sociais, históricos, políticos econômicos e psicológicos que, habitualmente, são vistos como naturais e isentos das relações de poder. Analisar as diferentes concepções sobre gênero: a partir das perspectivas das Teorias Feministas, Histórica, Cultural e do Patriarcado. Contextualizar o histórico do surgimento da categoria gênero para se falar sobre essas relações sociais não reconhecidas.</p>	